



ESTADUAL DA PARAÍBA

**COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

MARIA DO SOCORRO LACERDA

**SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
JOÃO PESSOA: 1997-2012**

JOÃO PESSOA-PB
2012

MARIA DO SOCORRO LACERDA

**SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
JOÃO PESSOA: 1997-2012**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa

JOÃO PESSOA-PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

L131s Lacerda, Maria do Socorro.
Situação das bibliotecas escolares da rede pública municipal de João Pessoa: 1997-2012 [manuscrito] / Maria do Socorro Lacerda. – João Pessoa, 2012.
41 f.il

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Coordenadoria Institucional de Programas Especiais - CIPE, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa, Comunicação Social/ UEPB”.

1. Biblioteca escolar. 2. Rede pública municipal de ensino. 3. João Pessoa. I. Título.

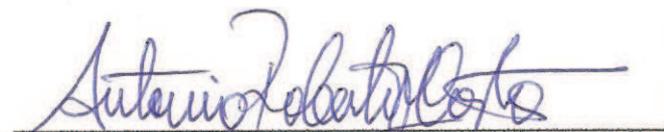
21. ed. CDD 372.4

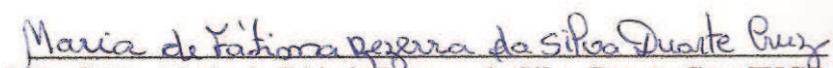
MARIA DO SOCORRO LACERDA

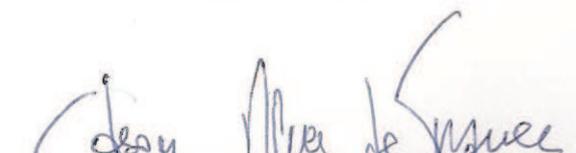
**SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA: 1997-2012**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 18/06/2012.


Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa/UEPB
Orientador


Prof^ª Ms. Maria de Fátima Bezerra da Silva Duarte Cruz/IHGP
Examinadora


Prof. Ms. Edson Alves de França/UEPB-FIP
Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao professor e meu marido Antonio Roberto Faustino da Costa, pelas contribuições, durante a realização do curso e desenvolvimento do processo de orientação.

À professora e colega de trabalho Maria de Fátima Bezerra da Silva Duarte Cruz, pelo incentivo e cooperação oportuna à qualificação deste trabalho.

Ao professor e amigo Edson Alves de França, pelo apoio e colaboração também oportuna à qualificação deste trabalho.

Ao tutor e amigo Jean Patrício, pelo estímulo e supervisão permanente, ao longo de todo o curso.

À CAPES, UEPB, Coordenação e professores do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, pela oportunidade de realizar uma educação continuada e capacitação profissional qualificada.

RESUMO

Analisa a trajetória da biblioteca escolar no Brasil e, mais particularmente, na Rede Pública de Ensino do Município de João Pessoa, no período de 1997 a 2012. Num primeiro momento, traça a evolução do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), tentando apontar suas consequências na vida das bibliotecas escolares brasileiras e, num segundo momento, resgata o desenvolvimento dessas unidades no âmbito local. Do ponto de vista metodológico, revisa estudos e pesquisas acerca da biblioteca escolar, do PNBE e das bibliotecas escolares municipais, além de efetuar a análise de documentos oficiais e de instituições representativas da sociedade. Constata como principal resultado que, apesar dos avanços provocados pelo PNBE em termos de distribuição de livros, as bibliotecas escolares no país e na capital paraibana não melhoraram tão significativamente suas condições de infraestrutura e de pessoal qualificado. Conclui que a evolução das bibliotecas na rede pública de ensino de João Pessoa é marcada muito mais por retrocessos do que avanços.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca escolar, Rede Pública Municipal de Ensino, João Pessoa.

ABSTRACT

Analyzes the history of the school library in Brazil and, more particularly, in the Public School in the city of João Pessoa, in the period 1997 to 2012. At first, traces the evolution of the Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), trying to point out its consequences in the lives of Brazilian school libraries and, subsequently, rescues the development of these units at the local level. From the methodological point of view, review studies and research about the school library, the PNBE municipal and school libraries, and perform the analysis of official documents and representative institutions of society. Notes main result is that despite the advances brought about by PNBE in terms of distribution of books, school libraries in the country and the capital of Paraíba is not so significantly improved their conditions of infrastructure and qualified staff. Conclude that the evolution of libraries in public schools in João Pessoa is marked by more setbacks than advances.

KEYWORDS: School library, Municipal Public Education Network, João Pessoa.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Dados do PNBE no Brasil - 1998-2005.....	15
TABELA 2 –	Dados do PNBE/2008 por Estados da Federação.....	16
TABELA 3 –	Dados do PNBE no País – 2005-2012.....	17
TABELA 4 –	Bibliotecas por Região e Unidade da Federação – 2004.....	20
TABELA 5 –	Escolas envolvidas na Pesquisa sobre o PNBE – 2005.....	21
TABELA 6 –	Bibliotecas da Rede Pública de João Pessoa – 1997.....	32
TABELA 7 –	Bibliotecas da Rede Privada de João Pessoa – 1997.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	Distribuição percentual de escolas beneficiadas pelo PNBE por unidade da Federação - 1998-1999.....	18
GRÁFICO 2 –	Consulta ao material da Biblioteca João Gadelha – 2010.....	35

LISTA DE SIGLAS

BDPF -	Biblioteca Digital Paulo Freire
CAPES -	Coordenação Nacional de Pessoal de Nível Superior
CFB -	Conselho Federal de Biblioteconomia
CRBs -	Conselhos Regionais de Biblioteconomia
DNL -	Departamento Nacional do Livro
FUNJOPE -	Fundação Cultural de João Pessoa
GEBE -	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC -	Ministério da Educação
PISA -	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNBE -	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD -	Programa Nacional do Livro Didático
SAEB -	Sistema Nacional da Educação Básica
SEB -	Secretaria de Educação Básica
SEDEC -	Secretaria de Educação e Cultura
SESC -	Serviço Social do Comércio
SMBJP -	Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa
TCU -	Tribunal de Contas da União
UEPB -	Universidade Estadual da Paraíba
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
VOLP -	Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA.....	14
3	DIAGNÓSTICOS SOBRE O PNBE NO PAÍS.....	18
4	BIBLIOTECAS ESCOLARES EM JOÃO PESSOA.....	27
5	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIAS.....	39
ANEXO A -	Extrato do documento <i>Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras</i>	
ANEXO B -	<i>Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE</i>	
ANEXO C -	Extrato da <i>Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola</i>	
ANEXO D -	Extrato do documento <i>Projeto mobilizador: biblioteca escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público</i>	
ANEXO E -	Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010: dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país	
ANEXO F -	Lei nº 10.952, de 19 de janeiro de 2007: institui o Programa Municipal de Apoio à Implantação de Bibliotecas	
ANEXO G -	Portaria Conjunta nº 001/2009, de 01 de julho de 2009: atualiza a relação dos integrantes do Grupo de Trabalho denominado de GT BIBLIOTECA	

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar, além da função educativa que desempenha, exerce papel importante na formação cultural e intelectual ampla do indivíduo. O uso da biblioteca para a pesquisa possibilita o encontro com fontes variadas de informações, permitindo ao estudante aprender a aprender, buscando, avaliando e selecionando conhecimento do seu interesse (GUIMARÃES, 2009).

Parte-se do pressuposto, por isso mesmo, de que para se configurar como tal a biblioteca escolar é aquela que atende, essencialmente, aos seguintes indicadores, estabelecidos pelo documento *Biblioteca Escolar como Espaço de Produção do Conhecimento: Parâmetros para Bibliotecas Escolares Brasileiras*:

- conta com espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar:
 - o acervo;
 - os ambientes para serviços e atividades para usuários;
 - os serviços técnicos e administrativos.
- possui materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários;
- tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez;
- fornece acesso a informações digitais (internet);
- funciona como espaço de aprendizagem;
- é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar (UNIVERSIDADE, 2010, p. 9)¹.

Munidas de acervos de qualidade e organizados por profissionais capacitados, sem dúvida, as bibliotecas escolares poderão contribuir de forma decisiva para uma educação básica eficiente. Embora faça parte das políticas educacionais de cada governo, a biblioteca escolar brasileira entretanto continua enfrentando inúmeras dificuldades. “Confirma-se, portanto, o pressuposto de que o discurso positivo sobre a biblioteca escolar não saiu do papel, revelando que ela não é, na prática, reconhecida como dispositivo importante no processo de aprendizagem.” (CAMPELLO et al., 2011, p. 106)

¹ Os *Parâmetros* constituem, como contribuição inclusive de organizações da sociedade, um instrumento de fundamental importância a todas as instâncias que atuam na área de políticas de desenvolvimento da biblioteca escolar no país (vide extrato do documento em Anexo A).

Motivam o presente trabalho dois fatos importantes. O primeiro diz respeito à oportunidade apresentada de atualizar uma discussão efetuada há quinze anos, quando se realizou um dos primeiros diagnósticos acerca dos sérios problemas enfrentados pelas bibliotecas/salas de leitura das escolas municipais de João Pessoa (LACERDA, 1997b). O segundo refere-se à possibilidade de transformar o trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal em um estudo aplicado à realidade local, contribuindo de alguma maneira para repensar criticamente as políticas desenvolvidas pelo município no campo da educação e da cultura.

Nesse sentido, o trabalho ora apresentado visa analisar a trajetória da biblioteca escolar no Brasil e, especialmente, no município de João Pessoa. Mais especificamente, busca-se realizar por um lado a retrospectiva da evolução do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) que representa, em termos de alcance, acervos distribuídos e recursos investidos, o que se tem de mais representativo em termos de política pública na área². Por outro, tenta-se resgatar os avanços ocorridos diretamente na vida das bibliotecas escolares, sejam como consequência do impacto do PNBE sejam por iniciativa do próprio Poder Público Municipal.

Dois procedimentos destacaram-se do ponto de vista metodológico. Embora não tenha sido feita uma revisão de literatura exaustiva, o levantamento de um conjunto de estudos e pesquisas acerca da biblioteca escolar em geral, do PNBE e das bibliotecas escolares municipais contribuiu para a atualização dos dados e a ampliação das discussões em torno destes. Somou-se a isso a análise de uma série de documentos oficiais e de instituições representativas da sociedade que se apresentou fundamental à revisão das políticas públicas nacionais e locais no campo da biblioteca escolar.

O trabalho aqui apresentado, enfim, estrutura-se em quatro tópicos. No primeiro tópico, faz-se uma discussão destinada a recuperar a trajetória histórica do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), destacando seu alcance, sobretudo, a partir de dados relativos à distribuição dos acervos nas escolas. No segundo, a preocupação se volta para os diagnósticos

² “O programa divide-se em três ações: avaliação e distribuição de obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico.” (BRASIL, 2012d)

que avaliam a eficiência e eficácia do PNBE, com base em pesquisas oficiais e não oficiais realizadas em várias regiões do país.

No terceiro tópico, a ênfase recai sobre os avanços e retrocessos das bibliotecas escolares de João Pessoa nas duas últimas décadas, tomando como referência pesquisas realizadas em nível local. O quarto tópico apresenta algumas considerações finais que reforçam pontos importantes do trabalho e que chamam atenção para a necessidade, cada vez mais urgente, de melhoria das condições de funcionamento das bibliotecas escolares brasileiras.

2 O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) marcou, definitivamente, uma política de gestão das bibliotecas escolares em todo o país. Instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), o PNBE tem distribuído acervos às bibliotecas, professores e alunos das escolas públicas do ensino fundamental, com o objetivo de desenvolver uma política de formação de leitores.

Ao longo de várias décadas, a atuação do Ministério da Educação no campo do livro de circulação escolar dirigiu-se, preferencialmente, ao segmento de livros didáticos. As primeiras ações voltadas para a biblioteca escolar e para o incentivo à leitura e à formação de leitores, como o Programa Salas de Leitura, tiveram início nos anos 80 e se caracterizaram pelo atendimento assistemático e restrito a escolas com determinadas faixas de matrícula, definidas previamente a cada ano de atendimento (BRASIL, 2006, p. 9).

A distribuição dos acervos do PNBE foi realizada, ao longo dos anos, de forma alternada. Enquanto as escolas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos são contempladas em um determinado ano, no seguinte o programa se destina aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. “Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.” (2012d)

Acervos diversificados compuseram, anualmente, o PNBE. Em 1998, o programa distribuiu 20 mil acervos para quase 17 milhões de alunos de 20 mil escolas de 1ª a 8ª séries com mais de 500 estudantes. Já, em 1999, foram distribuídos 36 mil acervos, beneficiando mais de 10 milhões de estudantes de 1ª a 4ª séries de 36 mil escolas com mais de 150 estudantes. Em 2000, o PNBE direcionou a distribuição de acervos aos professores de 30.700 escolas.

Em 2001, o programa suspendeu a distribuição de acervos coletivos para as bibliotecas escolares e se voltou para a distribuição de 12 mil coleções para estudantes de 4ª e 5ª séries de quase 140 mil escolas. Em 2002, mais uma vez, os alunos da 4ª série foram contemplados, desta feita, com acervo de uso individual, intitulado de Literatura em Minha Casa, distribuindo 4.200.500 coleções a 3.500 estudantes em 70 mil escolas.

Em 2003, o Literatura em Minha Casa foi estendido, atendendo a quase 3.500.000 estudantes de 4ª série em quase 125 mil escolas, com 4.062.000 coleções, e quase três milhões de alunos da 8ª série de quase 35.700 escolas, com 3.745.000 coleções (BRASIL, 2008).

Ao optar por uma ação dessa natureza, deixou-se, como consequência, de investir no acervo coletivo, debilitando a biblioteca como espaço próprio de organização e disponibilização de materiais diversificados - de obras de referência a periódicos; de livros de literatura a obras de não-ficção; de mapas a novas tecnologias - lugar em que se promove a sociabilidade, mas principalmente a *democratização do conhecimento* (BRASIL, 2006, p. 12).

TABELA 1 - DADOS DO PNBE NO BRASIL - 1998-2005

Programa/Ano	Distribuição	Quantidade (Acervos, obras e coleções)	Valores
PNBE/98 (Acervos)	1999	20.000	17.447.760,00
PNBE/99 (Acervos)	2000	36.000	23.422.678,99
PNBE/2000 (Obras)	2001	577.400	15.179.101,00
PNBE/2001 (Coleções)	2002	12.184.787	50.302.864,88
PNBE/2002 (Coleções)	2003	4.216.576	19.523.388,68
PNBE/2003 (Coleções)	2003	8.169.082	36.208.019,30
PNBE/2003 (Acervos – Casa de Leitura)	2004	41.608	6.246.212,00
PNBE/2003 (Acervos – Biblioteca Escolar)	2004	22.219	44.619.529,00
PNBE/2003 (Obras – para professores)	2004	1.448.475	13.769.873,00
PNBE/2005 (Acervos)	2005/2006	306.078	47.273.736,61
TOTAL DO PERÍODO	-	-	273.993.163,46

FONTE: Facsímile de tabela (MONTUANI, 2009, p. 52)

A partir de 2005, o MEC retomou a distribuição de acervos às bibliotecas escolares. Nesse mesmo período, o Censo Escolar registrou que menos de 20% das 143.600 escolas públicas de ensino fundamental no país possuíam biblioteca (BRASIL, 2006). O desafio, então, foi ampliar a distribuição dos acervos do PNBE, beneficiando todas as escolas públicas brasileiras que mantinham de 1ª a 4ª séries, com no mínimo vinte títulos diferentes.

Em 2006, foram distribuídos 75 títulos de literatura a quase 47 mil escolas públicas da 5ª a 8ª séries. Entre 2007 e 2009, o programa passou a atender às escolas de educação infantil, do 6º ao 9º ano e de ensino médio de todo o país, distribuindo até 300 títulos àquelas acima de 500 estudantes.

TABELA 2 - DADOS DO PNBE/2008 POR ESTADOS DA FEDERAÇÃO

UF	Alunos		FÍSICO					Exemplares	Total
	Beneficiados	Escolas	Acervos (Edu. Inf.)	Acervos (Ens Fund)	Acervos (Ens. Médio)	Total de Acervos			
AC	151.427	1.643	356	1694	93	2143	53.927	379.939,60	
AL	569.472	3.122	1891	3470	325	5686	152.395	1.103.102,74	
AM	711.834	5.043	2631	5700	467	8798	231.533	1.663.276,88	
AP	131.961	699	395	778	107	1280	38.333	289.414,00	
BA	2.574.082	19.618	13390	19549	1818	34757	911.482	6.538.192,73	
CE	1.462.463	9.424	7335	8694	998	17027	459.302	3.333.374,99	
DF	299.433	499	501	885	175	1561	52.045	406.998,75	
ES	514.581	3.297	1513	3045	403	4961	147.177	1.107.487,46	
GO	791.163	3.361	1523	3444	824	5791	213.876	1.722.128,17	
MA	1.419.401	12.630	7943	12406	923	21272	535.277	3.771.209,72	
MG	2.815.523	13.403	5477	13921	2630	22028	753.530	5.938.238,68	
MS	362.970	1.111	780	1287	347	2414	89.573	722.140,87	
MT	512.753	2.446	1143	2584	524	4251	147.376	1.165.956,63	
PA	1.561.977	11.710	5428	12225	861	18514	472.739	3.352.287,57	
PB	645.813	5.816	4767	5655	511	10933	279.469	1.982.718,32	
PE	1.367.373	8.599	5569	9109	1231	15909	464.669	3.477.012,37	
PI	646.471	6.720	3371	6325	588	10284	275.652	1.995.357,98	
PR	1.439.802	6.387	3914	5514	1529	10957	401.091	3.221.880,67	
RJ	2.012.495	6.003	4212	7126	1728	13066	466.952	3.726.301,35	
RN	530.677	3.612	2049	3208	447	5704	167.273	1.253.491,82	
RO	244.847	1.666	364	1863	218	2445	74.842	569.356,77	
RR	77.643	716	423	715	114	1252	38.606	294.425,53	
RS	1.363.650	8.237	4535	8138	1386	14059	446.114	3.434.729,25	
SC	883.808	5.383	3674	4273	812	8759	271.808	2.077.356,12	
SE	358.077	2.203	1626	2179	237	4042	109.043	791.407,91	
SP	5.550.210	16.019	11785	15175	5135	32095	1.252.965	10.234.400,13	
TO	253.918	1.907	812	1868	297	2977	94.883	731.572,49	
Total	29.253.824	161.274	97.407	160.830	24.728	282.965	8.601.932	65.283.759,50	

FONTE: Facsímile de tabela (BRASIL, 2012c)

Além dos estabelecimentos de ensino infantil, fundamental e médio, em 2010, foram contempladas quase 40 mil escolas de educação de jovens e adultos e distribuídas obras de literatura para estudantes com necessidades especiais. No mesmo ano, visando divulgar a reforma ortográfica entre alunos e professores, foram distribuídos “204.220 exemplares do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), desenvolvido pela Academia Brasileira de Letras, beneficiando 137.968 escolas.” (BRASIL, 2012d)

Em 2011, o PNBE direcionou os acervos aos 20 milhões de alunos dos anos finais do ensino fundamental e médio, distribuindo 5,5 milhões de livros ou mais de 112 mil acervos. Somou-se a isso 11,5 milhões de periódicos distribuídos a mais de 140 mil escolas. O investimento em livros e periódicos totalizou R\$ 100 milhões.

No ano de 2012, os acervos estão sendo distribuídos às escolas públicas de educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e de educação de jovens e adultos. Os estabelecimentos deverão receber, ainda, 15 milhões de exemplares de 11 títulos de periódicos, destinados à formação e atualização dos professores e profissionais de educação.

A democratização do acesso às fontes de informação; o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores; e o apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor são os principais objetivos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência e outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, o governo federal apóia o cidadão no exercício da reflexão, da criatividade e da crítica (BRASIL, 2012a).

TABELA 3 - DADOS DO PNBE NO PAÍS – 2005-2012

Ano de aquisição	Ano de Atendimento	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas*	Livros	Investimento**	Atendimento
2005	PNBE 2005	16.990.819	136.389	5.918.966	47.268.337,00	Fundam. de 1ª a 4ª série
2006	PNBE 2006	13.504.906	46.700	7.233.075	46.509.183,56	Fundam. de 5ª a 8ª série
2007***	PNBE 2008	5.065.686	85.179	1.948.140	9.044.930,30	Educação Infantil
		16.430.000	127.661	3.216.600	17.336.024,72	Fundam. de 1ª a 4ª série
		7.788.593	17.049	3.437.192	38.902.804,48	Ensino Médio
		29.284.279	161.274	8.601.932	65.283.759,50	Total
2008	PNBE 2009	12.949.350	49.516	7.360.973	47.347.807,62	Fundam. de 5ª a 8ª série
		7.240.200	17.419	3.028.298	27.099.776,68	Ensino Médio
		20.189.550	52.645	10.389.271	74.447.584,30	Total
2009	PNBE 2010	4.993.259	86.379	3.390.050	12.161.043,13	Educação Infantil
		15.577.108	122.742	5.798.801	29.563.069,56	Fundam. de 1ª a 4ª série
		4.153.097	39.696	1.471.850	7.042.583,76	EJA
		24.723.464	161.274	10.660.701	48.766.696,45	Total
2009	VOLP	35.563.761	137.968	204.220	3.051.046,80	Educação Básica
				10.864.921	51.817.743,25	Total 2009
2010	PNBE 2011	12.780.396	50.502	3.861.782	44.906.480,00	Fundam. de 6º ao 9º ano
		7.312.562	18.501	1.723.632	25.905.608,00	Ensino Médio
		20.092.958	54.359	5.585.414	70.812.088,00	Total 2010
2011	PNBE 2012	3.581.787	86.088	3.485.200	24.625.902,91	Educação Infantil
		14.565.893	115.344	5.574.400	45.955.469,82	Fundam. de 1º ao 5º ano
		4.157.721	38.769	1.425.753	11.216.573,38	EJA
		22.305.401	148.018	10.485.353	81.797.946,11	Total 2011

* O número total de escolas beneficiadas não será igual à soma das escolas beneficiadas em cada nível de ensino. Há escolas que executam mais de um nível de ensino.

** Valor gasto com aquisição, distribuição, controle de qualidade etc.

*** A partir de 2007, foi mudada a nomenclatura do PNBE. Até 2006, o nome do programa se referia ao ano de aquisição. Em 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento.

FONTE: Facsímile de tabela (BRASIL, 2012b)

3 DIAGNÓSTICOS SOBRE O PNBE NO PAÍS

Em 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria com o objetivo de avaliar a distribuição de acervos bibliográficos para as escolas de ensino fundamental pelo PNBE. A *Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE* (BRASIL, 2002) investigou se, de fato, estaria havendo a utilização efetiva dos livros e como estava sendo operacionalizado o seu uso no cotidiano das atividades escolares. Além de serem aplicados questionários a mais de 400 escolas no país, foram visitados 60 estabelecimentos de ensino dos estados do Tocantins, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás e o Distrito Federal que representaram as cinco regiões geográficas brasileiras.

Constatou-se que o MEC não dispunha de informações acerca de como os acervos distribuídos pelo PNBE estavam sendo utilizados. O programa não monitorava nem avaliava a distribuição dos livros, não era bem divulgado e era desconhecido por boa parte de professores e diretores das escolas. Dados do Censo Escolar de 2000 apontavam, inclusive, que menos de um terço das escolas que haviam recebido acervos do PNBE entre 1998 e 1999 declaravam participar do programa.

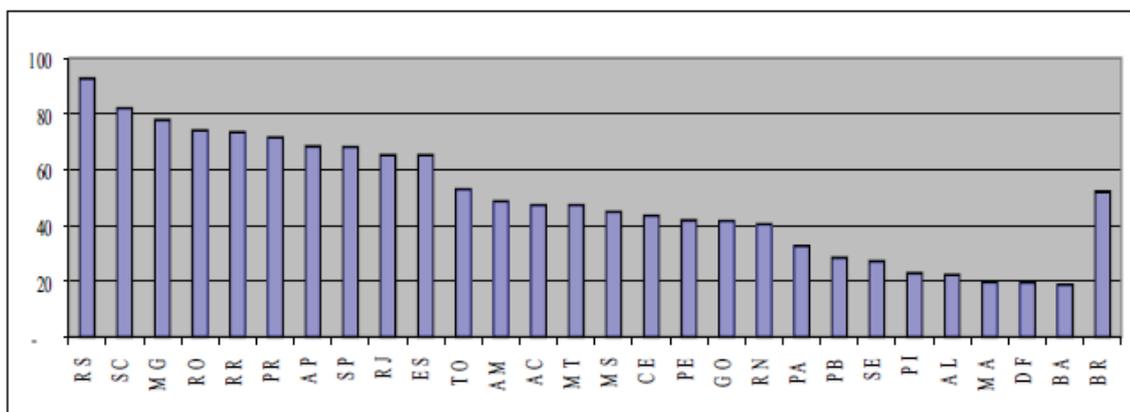


GRÁFICO 1 - Distribuição percentual de escolas beneficiadas pelo PNBE por unidade da Federação - 1998-1999

FONTE: Facsímile de gráfico (BRASIL, 2002, p. 12)

Observou-se, além disso, a falta de espaço para a guarda e utilização do material bibliográfico. Contrastando com as escolas beneficiadas pelo programa na região Sul, onde todos os estabelecimentos de ensino dispunham de bibliotecas ou salas de leitura, as do Nordeste constituíam aquelas que mais se ressentiam de bibliotecas escolares. Por último, ficou demonstrada a pouca integração existente entre as políticas nacionais, estaduais e municipais em relação aos livros paradidáticos. “Há diversas iniciativas, mesmo dentro do governo federal (TV Escola, Parâmetros em Ação), que poderiam estar articuladas com o PNBE para promover o aumento da sua efetividade.” (BRASIL, 2002, p. 11)³

O Censo Escolar de 2004, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), constatou por sua vez que um quarto das 210 mil escolas pesquisadas no país afirmava dispor de biblioteca. O maior número delas encontrava-se na região Sudeste, localizando-se a grande maioria na zona urbana. Além disso, destacava-se o fato de que apenas 25% das bibliotecas escolares eram gerenciadas por bibliotecários.

[...] Sátyro e Soares (2007), em uma análise sobre a infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental, apontam que a existência de bibliotecas nas escolas aumentou significativamente entre o período de 1997 a 2005, pois os dados assinalam que de 157.891 escolas em 1997, o país chegou a 108.500 sem bibliotecas em 2005. Contudo, quando o estudo envolve a condição qualitativa da oferta de informação, as análises são pautadas unicamente sob o prisma da existência de móveis, equipamentos, total de obras didática, de literatura infantil, juvenil, dicionário, mapas, gramáticas além de estantes, armários, computadores entre outros itens. Diante o exposto, considerando que o período em análise abrange o tempo de existência do PNBE, é possível inferir que o aumento significativo ocorreu em função da distribuição de acervos, viabilizados através do Programa (SISTEMA, 2008, p. 15).

³ A *Avaliação* do TCU representa, na verdade, um documento oficial histórico sobre o PNBE que convém ser, regularmente, consultado (vide Anexo B).

TABELA 4 – BIBLIOTECAS POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2004

Unidade da Federação	Total	Biblioteca									
		Urbana					Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	52.932	45.966	139	16.192	12.356	17.279	6.966	43	1.905	4.786	232
Norte	3.194	2.702	10	1.454	636	602	492	3	174	293	22
Roraima	547	412	-	226	60	126	135	2	20	108	5
Acre	167	141	1	97	19	24	26	-	23	3	-
Amazonas	635	584	4	305	130	145	51	-	17	31	3
Roraima	141	110	2	89	10	9	31	-	29	2	-
Pará	921	763	2	302	279	180	158	-	45	108	5
Amapá	226	179	-	105	30	44	47	-	34	7	6
Tocantins	557	513	1	330	108	74	44	1	6	34	3
Nordeste	12.286	10.352	42	3.120	2.561	4.629	1.934	17	138	1.678	101
Maranhão	979	823	3	279	208	333	156	3	21	106	26
Piauí	856	673	4	205	161	303	183	1	4	170	8
Ceará	3.083	2.276	5	513	817	941	807	2	13	774	18
Rio Grande do Norte	888	831	3	342	173	313	57	1	11	42	3
Paraíba	884	818	4	298	187	329	66	1	18	46	1
Pernambuco	2.155	1.976	7	613	316	1.040	179	3	26	145	5
Alagoas	455	386	3	103	101	179	69	1	3	59	6
Sergipe	322	292	3	113	41	135	30	1	5	20	4
Bahia	2.664	2.277	10	654	557	1.056	387	4	37	316	30
Sudeste	20.608	19.111	53	6.085	4.607	8.366	1.497	10	399	1.032	56
Minas Gerais	8.983	7.953	18	3.074	2.268	2.593	1.030	8	245	763	14
Espírito Santo	1.052	943	4	352	253	334	109	2	33	61	13
Rio de Janeiro	3.593	3.409	26	986	522	1.875	184	-	65	107	12
São Paulo	6.980	6.806	5	1.673	1.564	3.564	174	-	56	101	17
Sul	13.330	10.531	27	4.169	3.836	2.499	2.799	8	1.136	1.626	29
Paraná	4.536	4.032	9	1.581	1.446	996	504	1	253	234	16
Santa Catarina	2.542	2.151	7	824	790	530	391	3	128	257	3
Rio Grande do Sul	6.252	4.348	11	1.764	1.600	973	1.904	4	755	1.135	10
Centro-Oeste	3.514	3.270	7	1.364	716	1.183	244	5	58	157	24
Mato Grosso do Sul	608	575	1	190	135	249	33	-	6	24	3
Mato Grosso	825	718	1	337	178	202	107	2	24	74	7
Goiás	1.739	1.653	4	641	403	605	86	3	12	59	12
Distrito Federal	342	324	1	196	-	127	18	-	16	-	2

FONTE: Facsímile de tabela (SISTEMA, 2008, p. 14-15)

Em 2005, o MEC realizou através da Secretaria de Educação Básica (SEB) a pesquisa *Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola*, objetivando verificar como estavam sendo usados os acervos destinados às escolas e o impacto do PNBE na formação de leitores, partindo já de um dado preocupante:

Considerando os baixos resultados apresentados pelos alunos das escolas públicas do ensino fundamental em avaliações como o PISA e os dados críticos levantados pelo Sistema Nacional da Educação Básica – SAEB sobre os indicadores de desempenho em leitura das crianças ao final dos primeiros e dos últimos anos do ensino fundamental, constata-se que a distribuição de acervos às escolas, alunos e professores pelo PNBE vem cumprindo de forma tímida sua função de promover a inserção dos alunos na cultura letrada (BRASIL, 2008, p. 05).

O diagnóstico do MEC selecionou 102 escolas nas capitais e 94 nos municípios num raio de até 100 quilômetros, perfazendo um total de 196 escolas, sendo 100 estaduais e 96 municipais. A pesquisa abrangeu todas as regiões do país, totalizando oito estados: Pará na região Norte; Bahia, Ceará e Sergipe no Nordeste; Goiás no Centro-Oeste; Espírito Santo e Minas Gerais no Sudeste; e, Rio Grande do Sul, na região Sul.

TABELA 5 - ESCOLAS ENVOLVIDAS NA PESQUISA SOBRE O PNBE-2005

REGIÕES	ESTADOS	MUNICÍPIOS	ESCOLAS
Norte	Pará	Belém - Ananindeua	25
		Castanhal	5
Nordeste	Bahia	Salvador	15
		Camaçari	9
	Ceará	Fortaleza	17
		Caucaia	15
	Sergipe	Aracaju	6
		Lagarto	4
Centro-Oeste	Goiás	Goiânia	10
		Anápolis	10
Sudeste	Espírito Santo	Vitória	5
		Vila Velha	7
	Minas Gerais	Belo Horizonte	12
		Betim	9
		Contagem	9
Sul	Rio Grande Do Sul	Porto Alegre	12
		Canoas	13
		Viamão	13
Total	8	19	196

FONTE: Facsímile de tabela (BRASIL, 2008, p. 26)

Dados abrangentes e importantes sobre a realidade das bibliotecas escolares no país foram apontados⁴. O levantamento demonstrou o desconhecimento dos acervos do PNBE por parte de algumas escolas, diretores afastados por irregularidades, bibliotecas fechadas e ideias preconceituosas acerca da população pobre que não sabia cuidar dos livros.

Pelo depoimento dos diretores, principalmente, pôde-se saber que os livros foram distribuídos, embora muitos tivessem dificuldade de precisar quais coleções receberam, as quantidades recebidas e as formas de distribuição. É visível, no trabalho de alguns gestores, a falta de controle quanto aos materiais recebidos. Registre-se que, em muitos casos, a alternância de poderes, tanto em nível estadual e municipal, quanto nas escolas, diretamente, afeta a continuidade das ações pedagógicas, não somente interrompendo projetos e fluxos de trabalho, como sonhando informações aos sucessores, o que imprime descontinuidade (BRASIL, 2008, p. 29).

A pesquisa tomou como base um universo de quase 150 mil escolas públicas de ensino fundamental, sendo dois terços na zona rural e um terço na zona urbana. Apesar da amplitude da rede, o número de bibliotecas atingia menos de 35 mil escolas, numa proporção de mais de 50% na zona urbana contra apenas 6% na zona rural.

Na região Norte, a pesquisa abrangeu três municípios do Pará. A situação das bibliotecas escolares nas unidades de ensino era a seguinte: apenas 6% das escolas da rede pública no Estado dispunham de bibliotecas, todas elas concentradas na zona urbana. Em grande parte das escolas pesquisadas, o PNBE teve início entre 2002 e 2003. Menos da metade das escolas visitadas possuía espaço para biblioteca ou sala de leitura, muito embora algumas delas encontravam-se desativadas.

A infraestrutura dos estabelecimentos de ensino dos municípios paraenses apresentava-se mais adequada, com “maior quantidade de bibliotecas e articulação mais direta com o órgão gestor, justificado pela proximidade das administrações municipais com suas redes, diversamente da situação da administração estadual em relação às suas escolas.” (BRASIL, 2008, p. 39)

No Sudeste, a pesquisa abordou dois estados – Minas Gerais, envolvendo os municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem, e, Espírito Santo, com Vitória e Vila Velha. Menos da metade das escolas públicas da região dispunham de biblioteca, localizando-

⁴ A *Avaliação Diagnóstica* configura outro documento oficial sobre o PNBE essencial à consulta (vide extrato em Anexo C)

se apenas 10% delas na zona rural. Como exemplificava o caso de Minas Gerais, outros fatores agravavam esse quadro:

Um número nada desprezível de escolas contava com bibliotecas cujos ambientes se caracterizavam por serem espaços pequenos, inacessíveis, pouco ventilados, com ausência de mobiliário adequado. Quanto à disposição dos acervos, em muitos casos os livros estavam desorganizados, estocados em prateleiras ou simplesmente guardados em armários trancados com chave (BRASIL, 2008, p. 58).

Na região Sul, a pesquisa envolveu o Estado do Rio Grande do Sul, representado pela capital Porto Alegre e os municípios de Canoas e Viamão. Quase 60% das escolas públicas de ensino fundamental do Estado possuíam bibliotecas, em sua maioria, localizadas na zona urbana. Chama atenção o fato de que, enquanto Viamão possuía pouco mais de 60% de escolas com bibliotecas, Porto Alegre dispunha de mais de 90% e Canoas quase 100%.

Canoas se apresentou como um “município leitor”, defendendo esta postura, e realizando uma Feira do Livro municipal, da qual todas as escolas participavam. Nos últimos anos, a ideia de feira de livros ampliou-se para Feira dos bairros. A cada mês a prefeitura elegia um bairro onde esta se realizava. Em geral, o evento tinha lugar perto de uma escola, não importando se da rede estadual ou municipal, apesar de a Feira ser uma iniciativa da prefeitura (BRASIL, 2008, p. 68).

No Centro-Oeste, a pesquisa tomou como base o Estado de Goiás, envolvendo a capital Goiânia e o município de Anápolis. Um terço apenas das escolas públicas de ensino fundamental dispunham de bibliotecas, 11% delas apenas instaladas na zona rural. Além de desconhecimento, foram várias as dificuldades encontradas para identificar e localizar os acervos distribuídos pelo PNBE às escolas pesquisadas. Em muitos casos, os livros ficavam dispostos na secretaria da escola ou na sala dos professores.

Por último, na região Nordeste, os estados contemplados pela pesquisa foram Ceará, Bahia e Sergipe, envolvendo, respectivamente, as capitais Fortaleza, Salvador e Aracaju e os municípios de Caucaia, Camaçari e Lagarto. Menos de 10% das escolas públicas de ensino fundamental dispunha de biblioteca, a maioria na zona urbana. Sintomático, neste sentido, é a constatação de que o PNBE era desconhecido por boa parte dos professores e diretores de escolas e alguns deles não tinham noção da própria importância da biblioteca. No caso de Sergipe, não somente os estudantes, mas os próprios pais apresentavam total desconhecimento em relação ao programa, existindo apenas “uma ideia vaga” de que os livros eram distribuídos pelo governo.

A avaliação da SEB/MEC, enfim, foi de grade importância para se obter informações concretas acerca do impacto do PNBE no cotidiano das escolas e bibliotecas escolares. Notadamente porque professores, gestores e alunos desconheciam questões fundamentais, a exemplo de quem financiava e os resultados do programa. Constatação importante, também, é que as escolas, os profissionais da educação, os estudantes e a comunidade em geral ainda não haviam despertado uma consciência acerca das finalidades e do papel social da biblioteca escolar.

Entrevistas com diretores, grupos focais com professores e com estudantes, observações de espaços e de práticas permitiram reafirmar a necessidade de políticas públicas de incentivo à leitura e à formação de leitores e de escritores, atuando em duas frentes básicas: uma delas, diretamente nas escolas, fazendo chegar programas que muitas vezes passam ao largo das possibilidades e alcances de outras esferas de poder, não apenas do ponto de vista financeiro, mas programas com forte caráter pedagógico e formador, que produza possibilidades de novas políticas locais e gestores mais comprometidos com esses programas; a outra, ajudando a fundar e a manter salas e bibliotecas para um público mais amplo e não apenas para pessoas que estão nos bancos escolares, consolidando o direito a uma condição cidadã, de acesso à cultura letrada e a bens culturais dela decorrentes, independente da condição socioeconômica (BRASIL, 2008, p. 126-127).

Consequência da *Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola*, em 2005, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação realizou dez seminários regionais para discutir sobre a instituição de uma política de formação de leitores como condição básica para a democratização de fontes de informação a estudantes e professores. Conforme o documento-proposta *Por uma Política de Formação de Leitores*, elaborado pela SEB/MEC como resultado dos seminários realizados, apesar dos avanços persistia a preocupação em “reverter a tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população.” (BRASIL, 2006, p.9)

Há três anos, Montuani (2009) publicou pesquisa sobre o impacto do PNBE/2005 na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. A partir de entrevistas com auxiliares de biblioteca, alunos e professores de 181 escolas, o estudo concluiu que a maioria afirmava ter conhecimento sobre o PNBE, embora estivesse se referindo apenas ao mínimo de informação acerca da chegada dos livros às bibliotecas.

Em todo caso, aspectos positivos foram encontrados, destacando-se a oportunidade de democratizar o acesso ao livro literário e à leitura às populações de baixa renda, como também a disponibilização de acervos diversos e de qualidade nas estantes de quase a totalidade das bibliotecas.

Sabendo que muitas pesquisas denunciaram o mau uso das coleções enviadas pelas edições do programa Literatura em Minha Casa –, como a não distribuição para os alunos, a permanência dos livros nas bibliotecas, a distribuição para alunos de forma errônea (desfazendo-se as coleções), dentre outras situações –, entendemos a importância da constatação desta pesquisa de que os livros enviados por essa edição do PNBE foram disponibilizados da maneira como concebido na proposta do Programa (MONTUANI, 2009, p. 126).

Levando em consideração pesquisas realizadas entre 1998 e 2008, em João Pessoa, São Carlos (SP), Londrina (PR), Brasília, Manaus, Belo Horizonte e Ribeirão Preto (SP), o documento *Projeto Mobilizador: Biblioteca Escolar: Construção de uma Rede de Informação para o Ensino Público*, elaborado pelo Sistema CFB/CRBs (Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia), corroborava com tal preocupação, chamando atenção para um quadro de bibliotecas em expansão, porém, sem atender a padrões de qualidade.

Independentemente das ações desencadeadas pelo PNBE e das críticas a ele efetuadas, alguns diagnósticos existentes sobre a biblioteca escolar brasileira apontam para o fato de que, na realidade, enquanto espaço físico e acervo, elas existem em quantidade, mas não em qualidade. Destacam ainda que os serviços oferecidos, além de precários, são marcados por improvisações, inexistência de pessoal qualificado, falta de sistematização e continuidade de suas ofertas, mesmo em termos de circulação (SISTEMA, 2008, p. 18)⁵.

Como resultado do *Projeto Mobilizador*, em parceria com o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em outubro de 2010 o CFB divulgou o documento *Biblioteca Escolar como Espaço de Produção do Conhecimento: Parâmetros para Bibliotecas Escolares Brasileiras*.

Além de estabelecer indicadores básicos (espaço físico, acervo, computadores com acesso à internet, organização do acervo, serviços, atividades e recursos humanos) para a criação, reformulação, acompanhamento e avaliação das bibliotecas e, em última instância, servir de horizonte para as escolas, a publicação tinha como preocupação constituir: “Um **instrumento de avaliação e planejamento** que amplia os indicadores acima mencionados, permitindo que a escola analise e avalie detalhadamente sua biblioteca, e trace metas e prazos para seu aperfeiçoamento.” (UNIVERSIDADE, 2010, p. 10)

⁵ Além de ser de iniciativa de organizações da sociedade, o *Projeto Mobilizador* tem o mérito de não somente efetuar uma revisão diagnóstica, como também apresentar uma nova proposta de biblioteca escolar no âmbito da rede pública de ensino, devendo servir de material de consulta permanente (vide extrato em Anexo D).

O objetivo principal dos padrões é apoiar as escolas no processo de implementação da Lei nº 12244. Levando-se em consideração que a referida lei aborda apenas genericamente o conceito de biblioteca escolar e que seu único indicador numérico é a quantidade de títulos que deve compor o acervo — um para cada aluno matriculado — os padrões visam a complementar a lei e contribuir para que cada comunidade escolar possa estabelecer concretamente o perfil da biblioteca de sua escola.

Em um nível mais amplo, os padrões permitem estudos comparativos que apoiem políticas públicas que visem a melhoria da qualidade da educação que é hoje demandada pela sociedade brasileira [...], considerando-se que boas bibliotecas escolares constituem elementos que influenciam positivamente o ensino básico. Os padrões contribuirão para que o processo de universalização das bibliotecas nas escolas do país se dê com qualidade, ou seja, para que cada escola conte com uma biblioteca de verdade (CAMPELLO et al., 2011, p.110).

Sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 24 de maio de 2010, a Lei 12.244 marcaria um importante avanço para a universalização das bibliotecas escolares. Primeiro porque forçava os estabelecimentos de ensino a manterem suas bibliotecas, segundo porque vinha estabelecer um prazo para o seu cumprimento.

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.⁶

Ao mesmo tempo em que torna obrigatória, a Lei 12.244 entretanto permite aos sistemas de ensino adiarem por mais uma década a implantação de bibliotecas. Considerando, em particular, a rede pública municipal, isso significa que toda uma geração de estudantes poderá ter que esperar completar o ensino fundamental para dispor de uma biblioteca em padrões adequados. O que só faz aumentar uma dívida social que ajuda a explicar porque, apesar dos avanços em outros setores, o município de João Pessoa durante longos anos negligenciou de suas escolas a contribuição importante das bibliotecas.

⁶ Vide a íntegra da Lei 12.244 em Anexo E.

4 BIBLIOTECAS ESCOLARES EM JOÃO PESSOA

No segundo semestre de 1997, atendendo à solicitação da direção da Divisão de Ensino e do Núcleo de Apoio Didático da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), a autora da presente monografia apresentou a *Proposta de Trabalho para as Bibliotecas/Salas de Leitura das Escolas Municipais de João Pessoa* (LACERDA, 1997a).

Fundamentava tal proposição a *Proposta Inicial de Organização do Trabalho* da SEDEC, gestão 1997-2000, que enfatizava o seguinte:

- a “criação de bibliotecas escolares” como uma das diretrizes preliminares objetivando a “melhoria da infraestrutura física, da política de apoio ao estudante e das condições pedagógicas do ensino municipal”;
- o “estímulo ao desenvolvimento de experiências inovadoras de ensino da leitura, da escrita e do cálculo” e o “estímulo à formação do hábito de leitura como instrumento de elaboração do pensamento e de acesso a bens simbólicos”, diretrizes preliminares por sua vez para a “socialização dos conteúdos escolares”.

Como estratégia de ação, propôs-se desenvolver o levantamento das bibliotecas/salas de leitura das escolas do município, com o objetivo de avaliar as condições estruturais de cada unidade. A principal meta, naquele momento, era dinamizar as bibliotecas/salas de leitura existentes e definir diretrizes para a implantação de unidades nas escolas deficitárias.

Quatro itens foram levados em consideração: a) existência e adequação do local; b) regularidade e qualidade do funcionamento; c) natureza e volume do acervo; e c) disponibilidade e qualificação do pessoal. A coleta dos dados foi realizada através de três procedimentos: por telefone, visitas às escolas e aplicação de entrevistas com diretores, professores, alunos e responsáveis pelas bibliotecas/salas de leitura.

A pesquisa acabou sendo realizada em 10 escolas de ensino fundamental do município de João Pessoa, localizadas nos bairros de Mangabeira (três), Bancários (três), Cruz das Armas (duas) e centro da cidade (duas).

Lions Tambaú

A Escola Lions Tambaú atendia a mais de 400 alunos da então 1ª a 4ª séries. Somente quando concluída a reforma do prédio é que seria destinado um espaço para a biblioteca/sala de leitura. Os livros recebidos naquele ano ainda se encontravam encaixotados.

Olívio Ribeiro Campos

Comportando mais de 900 alunos, a Escola Olívio Ribeiro Campos funcionava durante os três turnos da 1ª a 8ª séries. A biblioteca encontrava-se no serviço de orientação educacional, não havendo espaço nem estantes suficientes. O acervo de, aproximadamente, 300 livros ficava guardado em um armário. A orientadora educacional fazia empréstimos de livros paradidáticos, durante o horário de expediente. A escola ressentia-se, no entanto, de um bibliotecário ou auxiliar de biblioteca para dar tratamento técnico ao acervo e orientação aos estudantes⁷.

Analice Caldas

Aproximadamente 150 alunos cursavam desde o pré até a 4ª série na Escola Analice Caldas. Disponha-se de uma pequena biblioteca, cujo acervo chegava a 170 volumes, entre livros didáticos e paradidáticos. Havia interesse em contar com uma pessoa para ser responsável pelo setor. Uma psicóloga, responsável pelos empréstimos, pretendia realizar um curso de auxiliar de biblioteca para prestar um melhor serviço⁸.

⁷ Dez anos depois, mesmo considerando que a Escola Olívio Ribeiro Campos contava “com uma infraestrutura adequada”, incluindo uma biblioteca e um laboratório de informática, Lima (2007, p. 125) não faz referência a nenhum profissional bibliotecário entre os 88 funcionários ali disponíveis, chegando a um resultado sintomático, em estudo realizado acerca da Biblioteca Digital Paulo Freire: “As [onze] professoras participantes da pesquisa apresentam um perfil positivo, pois têm formação acadêmica adequada e vasta experiência de sala de aula. É importante destacar que a maioria delas não conhecia e nunca havia acessado e usado a BDPF, o que demonstra um desconhecimento desse dispositivo informacional.”

⁸ A situação enfrentada pela biblioteca da Escola Analice Caldas, conforme indicam duas notícias, não teria se alterado tanto desde 1997. “Pelo menos cem alunos da Escola Municipal Analice Caldas, no bairro de Jaguaribe, vão participar, na tarde de hoje, de uma série de atividades cuja finalidade é aproximá-las ainda mais dos livros, despertando o interesse pela literatura infantil. A iniciativa, conforme informações da assessoria de imprensa da entidade, é do Serviço Social do Comércio, através do projeto Livro Sesc em Ação.” (COSTA, 2009) “Finalmente voltamos para o prédio da nossa escola, depois de um período longo de reforma. A escola foi reformada, agora contamos com seis salas de aula, um laboratório de ciência, um refeitório, biblioteca e banheiros novos e acessíveis.” (ESCOLA, 2012)

Virgínius da Gama e Melo

Na Escola Virgínius da Gama e Melo, havia sido reservada uma sala de aula para funcionar a biblioteca. O acervo encontrava-se em uma estante de madeira afixada na parede. Os livros paradidáticos recebidos, também, ainda não haviam saído das caixas. Não existia responsável pelo setor, muito embora dois funcionários colocavam-se à disposição de colaborar para o seu funcionamento⁹.

David Trindade

A Escola David Trindade funcionava nos três turnos, da pré-escola à 8ª série, atendendo a 1.400 alunos. Parte de uma sala de aula dava lugar à biblioteca que possuía uma infraestrutura (estantes, carteiras, arquivo), mas funcionava apenas no turno da noite, quando um professor se encarregava de orientar os alunos. O acervo era composto por cerca de 300 livros, porém, além de alguns ficarem guardados em um armário, outros estavam ainda encaixotados, não sendo possível o acesso aos mesmos.

Ana Cristina Rolim Machado

Funcionando nos três turnos, a Escola Ana Cristina Rolim Machado atendia a 350 alunos que cursavam desde a pré-escola à 8ª série. A Biblioteca resumia-se a uma pequena sala, sem estrutura para funcionar nem funcionário encarregado. Os livros didáticos ficavam no Setor de Arquivo e, esporadicamente, fazia-se empréstimo do acervo de 150 títulos paradidáticos. Durante o ano de 1997, a escola não recebeu novos livros¹⁰.

⁹ Uma década depois, segundo matéria da TV Cabo Branco de João Pessoa, a sala de leitura da Escola Virgínius da Gama e Melo teria se transformado, com a inauguração da Biblioteca Flávio Tavares. Resultado da doação de mais de 1000 títulos por parte do Programa de Incentivo à Leitura, criado pela organização não governamental Dê um Livro e Espalhe Sabedoria que já teria ajudado a implantar mais de 60 bibliotecas e distribuído 180 mil títulos a bibliotecas, escolas públicas e comunidades carentes (BIBLIOTECA, 2007).

¹⁰ A Direção (2011) da Escola Ana Cristina Rolim Machado publicou, em outubro passado, a seguinte postagem, ilustrada por uma bateria de fotografias que chamam atenção para uma sala onde se observa, ao fundo, algumas estantes, com uma porção de livros disponibilizados: “Biblioteca realiza concurso de leitura e da prêmio para os alunos que se destacam na leitura. Profª. Graça de parabéns”.

Aníbal Moura

Além da pré-escola à 4ª série, a Escola Aníbal Moura oferecia o ensino supletivo, comportando um total de 390 alunos matriculados. Com um acervo de, aproximadamente, 300 livros, a biblioteca permanecia aberta durante os três turnos. Apesar da demanda ser pouca, fazia cadastro de usuários e vez por outra emprestava livros paradidáticos. A escola havia recebido novos livros àquele ano.

João Gadelha de Oliveira Filho

Uma pequena sala que funcionava precariamente cedia lugar à biblioteca da Escola João Gadelha de Oliveira Filho. O acervo era composto de livros didáticos e paradidáticos, encontrando-se uma parte nas estantes e outra parte encaixotada.

Santos Doumont

A Escola Santos Dumont comportava, aproximadamente, 900 alunos da pré-escola a 8ª série, funcionando nos três turnos. A biblioteca dividia espaço com o ambiente dos professores. O acervo de 200 livros estava distribuído em quatro estantes. Os novos títulos eram acomodados em um armário na sala da Direção, sendo utilizados quando necessários. Os livros didáticos podiam ser emprestados.

Oscar de Castro

A Biblioteca Graciliano Ramos funcionava na Escola Oscar de Castro, durante os três turnos, oferecendo um acervo diversificado de mais de 6.000 livros. Dispunha de dois bibliotecários, dois auxiliares e um professor-orientador de leitura. Entre janeiro e outubro de 1997, 5.000 usuários teriam frequentado a biblioteca, entre alunos da própria escola e de outros estabelecimentos, professores e pessoas da comunidade. Um projeto de iniciativa da própria escola tinha como objetivo ampliar as instalações da unidade.

No conjunto, os resultados serviram de amostragem significativa a respeito da situação geral das bibliotecas/salas de leitura das escolas municipais de João Pessoa, representando quase 15% do total. A principal constatação foi que, na grande maioria das escolas, as unidades não funcionavam a contento. Embora todas elas dispusessem de local (próprio ou emprestado), em boa parte o espaço era limitado, a infraestrutura insuficiente, o ambiente inapropriado.

Em termos de funcionamento ocorriam, também, alguns problemas. Enquanto em algumas escolas as bibliotecas/salas de leitura não funcionavam regularmente, apesar de dispor de certa estrutura, noutras, permaneciam fechadas. Na prática, apenas uma delas prestava serviços normalmente e de forma satisfatória.

A disponibilidade e capacitação de pessoal para dirigir e auxiliar as bibliotecas/salas de leitura representavam a terceira questão mais preocupante. Na verdade, apenas uma escola possuía bibliotecários habilitados. Algumas contavam com servidores que exerciam a função de auxiliar de biblioteca, enquanto outras recebiam a colaboração de professores-orientadores de leitura. As restantes não dispunham de recursos humanos qualificados¹¹.

O acervo constituía, em parte, o item em melhor situação. Os títulos (didáticos e paradidáticos) voltavam-se, especialmente, para as necessidades do público de 1º grau, formavam um volume razoavelmente considerável e parcela deles estava atualizada. Boa parte das escolas, entretanto, não utilizava os livros do Programa Nacional Salas de Leitura do Ministério da Educação, um acervo de 200 títulos que geralmente se encontravam encaixotados (LACERDA, 1997b).

No mesmo ano, Duarte et al. (1998) realizaram pesquisa sobre as bibliotecas escolares de João Pessoa, englobando 40 escolas de ensino do 1º e 2º graus. Desse total, 17 escolas pertenciam à rede pública, somando 20.200 alunos, enquanto 23 vinculavam-se à rede privada, somando 27 mil estudantes.

¹¹ Na página Projetos de um site dedicado à Escola Lions Tambaú, entre os projetos referentes ao ano de 2009 chama atenção o projeto *Biblioteca: Espaço Aberto à Leitura*, a ser desenvolvido entre os meses de fevereiro e dezembro pelos seguintes responsáveis: “Professores Readaptados” (PROJETOS, 2009). Passada mais de uma década da pesquisa realizada por esta autora (LACERDA, 1997b), nenhum dos 18 projetos listados, aliás, envolvia a participação de bibliotecários ou auxiliares de biblioteca, demonstrando a continuidade da falta de profissional qualificado nas escolas.

TABELA 6 – BIBLIOTECAS DA REDE PÚBLICA DE JOÃO PESSOA - 1997

ESCOLAS	1º GRAU	2º GRAU	TOTAL	BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA
1. Escola Estadual de 1º e 2º Graus José Lins do Rego	2.026	455	2.481	Biblioteca
2. Escola Estadual de 1º e 2º Graus D. Alice Carneiro	1.472	162	1.632	Nenhuma
3. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Pedro Augusto Caminha	744	875	1.619	Nenhuma
4. Centro Educacional Exp. de Ensino e Aprendizagem Sesquicentenário	998	400	1.398	Biblioteca e Sala de Leitura
5. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Papa Paulo VII	707	670	1.377	Biblioteca
6. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Cônego Luiz Gonzaga de Oliveira	843	525	1.368	Nenhuma
7. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Cônego Francisco Gomes de Lima	1.045	305	1.350	Sala de Leitura
8. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Escritor Horácio de Almeida	700	555	1.255	Biblioteca
9. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Luzia Simões Bertoline	800	400	1.200	Biblioteca
10. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Compositor Luís Ramalho	573	620	1.197	Sala de Leitura
11. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Profa. Lílissa Paiva Leite	574	540	1.114	Biblioteca
12. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Prof. Raul Córdula	645	310	955	Biblioteca
13. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Fernando Moura Cunha Lima	725	194	919	Biblioteca
14. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Raul Machado	665	83	748	Nenhuma
15. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Médici	305	300	605	Biblioteca
16. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Profa. Francisca Ascensão Cunha	300	199	499	Biblioteca
17. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Profa. Daura Santiago Rangel	318	168	486	Biblioteca
TOTAL	13.440	6.761	20.201	

FONTE: Facsímile de tabela (DUARTE et al., 1998)

Constatou-se que as escolas públicas e privadas sem biblioteca registravam um percentual bastante próximo, chegando a mais de um quinto da totalidade dos estabelecimentos de ensino.

O que os dirigentes denominam de “biblioteca” está aquém dos padrões mínimos determinados pelo *Departamento Nacional do Livro* (DNL), distantes das características de uma biblioteca e de uma sala de leitura. É surpreendente que 20,83% das escolas da rede privada não disponham de ambiente para leitura ou guarda do acervo documental, condição que as aproxima da rede pública onde se registram 23,53% de inexistência de bibliotecas/sala de leitura (DUARTE et al., 1998).

TABELA 7 - BIBLIOTECAS DA REDE PRIVADA DE JOÃO PESSOA - 1997

COLÉGIOS	1º GRAU	2º GRAU	TOTAL	BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA
1. Colégio Marista Pio X	1.839	714	2.553	Biblioteca
2. Escola Cenecista João Régis Amorim	1.200	1.300	2.500	Biblioteca
3. Colégio Nossa Senhora de Lourdes	2.126	320	2.446	Biblioteca
4. Colégio Visão	1.600	667	2.267	Biblioteca
5. Colégio PHD	926	900	1.826	Biblioteca
6. Colégio IPEP	1.400	400	1.800	Sala de Leitura
7. Colégio 2001-CEPRUNI	650	1.000	1.650	Biblioteca
8. Colégio Pio XII	1.000	300	1.300	Biblioteca
9. Colégio Central de Aulas (Praia)	600	450	1.050	Sala de Leitura
10. Instituto João XXIII	681	364	1.045	Biblioteca
11. Colégio Pio XI	240	800	1.040	Biblioteca
12. Colégio João Paulo II	784	230	1.014	Biblioteca
13. Colégio e Curso QI	423	500	923	Nenhuma
14. Anglo Colégio e Curso	350	405	755	Sala de Leitura
15. Colégio Cenecista Ana F. B. Moreira	600	150	750	Biblioteca
16. Colégio Objetivo	250	500	750	Nenhuma
17. Colégio Géio-Studio	303	395	698	Biblioteca
18. Colégio Getúlio Vargas	350	250	600	Sala de Leitura
19. Instituto Paraibano Afonso Pereira	400	150	550	Nenhuma
20. Colégio Atual	389	65	454	Biblioteca
21. Colégio Eco	250	150	400	Nenhuma
22. CA Bessa	160	200	360	Biblioteca
23. Colégio Positivo	202	102	304	Nenhuma
24. Colégio 1º e 2º Grau M. A. Cavalcanti	-	-	-	-
TOTAL	16.723	10.312	27.035	

FONTE: Facsímile de tabela (DUARTE et al., 1998)

Os gestores de escolas da rede pública queixavam-se da falta de apoio financeiro e de pessoal por parte do governo estadual, o que explicava a precariedade das bibliotecas. Nas escolas onde não existiam bibliotecas, os dirigentes afirmavam não ser importante sua implantação, podendo recorrer a outros estabelecimentos. Outro dado constatado foi a presença significativa de professores responsáveis pelas bibliotecas e a falta de profissionais especializados.

Chamava atenção, também, o fato de a maioria dos livros adquiridos serem oriundos de campanhas de doação, resultando em acervos insuficientes e desatualizados. As instalações reservadas às bibliotecas, também, se mostravam precárias, não somente nas escolas públicas quanto nos estabelecimentos da rede privada. Os resultados permitiam chegar à seguinte realidade: “as bibliotecas escolares das redes pública e privada de ensino do 1º e 2º Graus de João Pessoa-PB estão em situação caótica sob todos os aspectos analisados: **recursos humanos, acervo, serviços e ambiente.**” (DUARTE et al., 1998)

Uma década depois é que a Prefeitura Municipal viria a tomar medida, aparentemente, mais consistente em relação a esse quadro. Em 19 de janeiro de 2007 foi instituída a Lei nº 10.952, criando o Programa Municipal de Apoio à Implantação de Bibliotecas, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura (SEDEC) e destinado a: “I) implantar bibliotecas em todo o município de João Pessoa; II) equipar as bibliotecas já existentes; III) facilitar o acesso da população a livros didáticos, de pesquisa e literários; e IV) incentivar a leitura.”¹²

Dois anos depois, em 1º de julho de 2009, a SEDEC e a Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE) baixavam a Portaria Conjunta nº 001 que visava:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho, denominado de GT BIBLIOTECA, colegiado, integrado por representantes das Secretarias e demais órgãos e entidades citados no art. 2º desta Portaria, que terá atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para ações com vistas ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e propostas que corroborem para a implantação, concretização e qualidade do Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa, tendo por objetivos específicos:

- a) definir as diretrizes e o regulamento para a implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas;
- b) realizar sondagem e diagnóstico da situação das bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa e escolares da rede municipal;
- c) elaborar o projeto de implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa;
- d) assessorar a implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas;
- e) implantar o Fórum Permanente de Bibliotecas Públicas e Escolares do Município de João Pessoa;
- f) fomentar políticas de desenvolvimento e formação de coleções para o sistema.¹³

Conforme Silva et al. (2010), o SMBJP formaria uma rede de 14 bibliotecas pólo, distribuídas em pontos estratégicos da cidade e coordenadas pela Biblioteca Municipal, capazes de permitir ao usuário cadastrado no sistema acesso ao acervo e serviços disponíveis. “A iniciativa de implantação dessa unidade de informação trará grandes benefícios culturais para a comunidade, por meio de ações desenvolvidas pela própria instituição além de possibilitar o processo de inclusão digital na comunidade.”

Logo depois, no entanto, Silva, Costa e Nascimento (2010) chegavam a conclusões que comungavam com antigas preocupações. A pesquisa desenvolvida em três estabelecimentos de ensino do município registrou “um quadro de precariedade das instalações físicas e de pessoal qualificado”. Além disso, constatou-se a “subutilização” dos

¹² A Lei Municipal nº 10.952 é outro documento de fundamental importância a ser consultado (vide Anexo F).

¹³ A íntegra da Portaria Conjunta nº 001 encontra-se reproduzida no Anexo G.

acervos adquiridos, em geral, através de doação, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ou do PNBE, cujos catálogos/guias das obras com orientações para professores e bibliotecários não foram encontrados nas bibliotecas pesquisadas.

A exceção registrada, em todo caso, chamava atenção para o fato de que algumas experiências se mostravam bem sucedidas.

A Escola [...] Durmeval Trigueiro Mendes, se destaca desse quadro por ter a Biblioteca Lúcio Lins um ambiente climatizado (com ar condicionado), bom acervo, infra-estrutura, computadores (embora de acesso restrito aos funcionários), e está localizada em local estratégico na escola (próxima a entrada principal) (SILVA; COSTA; NASCIMENTO, 2010).

No mesmo período, Macedo (2010) também constatava que as condições da biblioteca da Escola João Gadelha de Oliveira Filho teriam melhorado. Contando a unidade com computador, TV, DVD, sala de leitura e um acervo composto por 3000 exemplares, formado por livros distribuídos pela Secretaria de Educação e Cultura do Município e doados pela comunidade.

O problema é que, entre os 108 funcionários disponíveis não havia bibliotecário, ficando a cargo de “professoras readaptadas” prestarem serviços de auxiliares da biblioteca. Isso explicaria, em parte, o fato de 53,6% dos alunos do 9º ano da escola raramente frequentarem a biblioteca, enquanto 25% o faziam semanalmente e, apenas, 3,6% diariamente.

No cenário da EMJG o aluno sente dificuldade de ir à biblioteca, mesmo tendo a sua disposição um grande acervo na área do Ensino Fundamental, composto por livros, vídeos e jogos, porém, falta o elemento humano, o profissional especializado, o bibliotecário para mediar e auxiliar os professores e alunos na utilização destes recursos e de outras atividades, como o estudo e pesquisa, para complementar o processo ensino aprendizagem (MACEDO, 2010, p. 35).

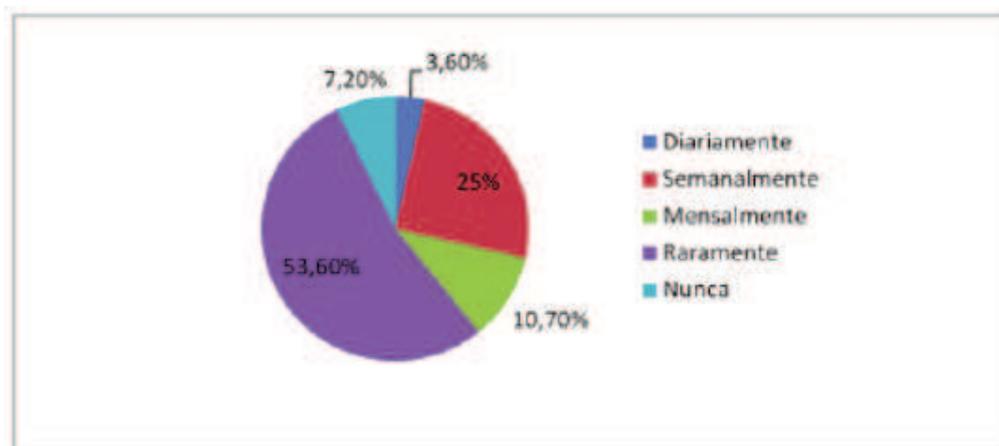


GRÁFICO 2 – Consulta ao material da Biblioteca João Gadelha – 2010

FONTE: Facsímile de gráfico (MACEDO, 2010, p. 42)

Há pouco mais de um ano, Silva et al. (2011) acabaram voltando a constatar problemas de sempre. No estudo envolvendo o Sistema de Bibliotecas Municipais de João Pessoa (sic), os autores se depararam com a biblioteca da Escola Municipal David Trindad, unidade pólo do SBMJP, que representava um retrato significativo da realidade no município. Além de acervos desatualizados e sem utilização, “encontramos uma biblioteca desativada, a estrutura danificada com problemas elétricos, de infiltração, mau acondicionamento dos livros, estantes enferrujadas e empoeiradas, enfim um verdadeiro depósito cheio de entulhos”. Quadro este que não diferia muito do final dos anos 1990, quando esta autora elaborou um dos primeiros diagnósticos acerca da situação das bibliotecas escolares municipais.

5 CONCLUSÃO

Apesar dos problemas enfrentados, durante o desenvolvimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), como a falta de controle dos órgãos responsáveis pela distribuição dos acervos, a iniciativa do governo federal em promover uma política definitiva de difusão dos livros às escolas tem demonstrado ser de fundamental importância não somente para o acesso a uma bibliografia de cunho didático, como também de assuntos diversos que contribuem para o crescimento intelectual dos estudantes.

Necessário se faz que o PNBE não foque apenas na distribuição de livros, mas que seja acompanhado por políticas de melhoria das estruturas físicas das bibliotecas escolares e capacitação de professores e profissionais de educação, com vistas a utilizarem de maneira produtiva os acervos e recursos disponibilizados pelos estabelecimentos. Notadamente porque, “a biblioteca escolar geralmente não é utilizada de forma adequada, sem contar que, em algumas escolas, esse espaço nem existe ou é apenas um pequeno cômodo onde livros e revistas são empilhados e esquecidos” (GUIMARÃES, 2009).

Considerando o quadro diagnosticado, há quinze anos a autora do presente trabalho fazia quatro propostas, objetivando criar condições para viabilizar a meta de dinamização das bibliotecas/salas de leitura das escolas municipais de João Pessoa: reestruturação das instalações, de modo a atingir um ambiente de acordo com padrões adequados; prestação de serviços capazes de atender as reais demandas dos usuários; contratação de profissionais qualificados; e melhor gestão do acervo, a começar pela: “Imediata disponibilização dos livros recebidos através do Programa Nacional de Salas de Leitura [melhor dizendo, PNBE].” (LACERDA, 1997b)

Reverendo o diagnóstico, a principal conclusão a que se chega é que tais propostas continuam tendo, praticamente, a mesma relevância na atualidade. Na verdade, isso ajuda a compreender que a evolução das bibliotecas escolares na rede pública de ensino do município de João Pessoa é marcada muito mais por retrocessos do que avanços. O próprio Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa (SMBJP), que englobaria as bibliotecas escolares, três anos depois ainda não exerceu qualquer papel decisivo.

Evidentemente que a situação das bibliotecas escolares de João Pessoa reflete, como se observou ao longo do presente estudo, um quadro mais amplo. Estando a política nacional de biblioteca escolar concentrada no PNBE, dificilmente, a qualidade do sistema tenderá a melhorar. Mas, isso não exclui, pelo contrário, aumenta a responsabilidade dos gestores municipais e dos atores sociais aí envolvidos (entre os quais se coloca a autora deste trabalho) em garantir a implantação e manutenção de bibliotecas comprometidas com a transformação das novas gerações.

REFERÊNCIAS

A DIREÇÃO. Biblioteca realiza concurso de leitura e da prêmio para os alunos que se destacam na leitura. **Esc. Mun. Profª. Ana Cristina Rolim Machado**, João Pessoa, 20 out. 2011. Disponível em: <<http://empacrm.blogspot.com.br/2011/10/biblioteca-realiza-concurso-de-leitura.html>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BIBLIOTECA Flávio Tavares. **YouTube**, Brasil, 14 jul 2007. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=k2EaHHS05Ro>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Biblioteca da Escola**: apresentação. Brasília, [2012a]. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Biblioteca da Escola**: dados estatísticos: evolução do PNBE: 2005 a 2012. Brasília, [2012b]. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/be-dados-estatisticos>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Biblioteca da Escola**: dados estatísticos: PNBE 2008: resumo físico-financeiro. Brasília, [2012c]. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/be-dados-estatisticos>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**: apresentação. Brasília, [2012d]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574>. Acesso em: 18 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16174:por-uma-politica-de-leituras&catid=195:seb-educacao-basica>. Acesso em: 7 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE**. Brasília: TCU/SEPROG, 2002. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054388.PDF>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves; CALDEIRA, Paulo da Terra; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; CARVALHO, Maria da Conceição; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; VIANNA, Márcia Milton; FIALHO, Janaína Ferreira; ALVARENGA, Maura. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração I. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10451/5965>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

COSTA, William. Livro Sesc em Ação incentiva ato da leitura. **O Norte**, João Pessoa, 27 ago. 2009, Dia a Dia, Educação. Disponível em: <http://www.jornalonorte.com.br/2009/08/27/diaadia6_0.php>. Acesso em: 13 jun. 2012.

DUARTE, Emeide Nóbrega; RAMALHO, Wilza da Costa; BRITO, Gilvanildo Fernandes de; SILVA, Maria Solange Pereira da. Bibliotecas escolares no município de João Pessoa-PB: diagnóstico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 8, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/428/349>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

ESCOLA MUNICIPAL ANALICE CALDAS. De volta ao nosso cantinho! **Escola Municipal Analice Caldas**, João Pessoa, 10 maio 2012. Disponível em: <<http://analicecaldas.blogspot.com.br/2012/05/de-volta-ao-nosso-cantinho.html>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

PROJETOS. **Escola Municipal Lions Tambaú**, João Pessoa, Projetos [2009]. Disponível em: <<http://lionstambau.vilabol.uol.com.br/projetos.html>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

GUIMARÃES, Janaína. A biblioteca escolar e o PNBE no processo de formação de leitores competentes. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17. **Anais do 17º COLE**. Campinas, SP: ALB, 2009. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE_1689.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LACERDA, Maria do Socorro. **Proposta de trabalho para as bibliotecas/salas de leitura das escolas municipais de João Pessoa**. João Pessoa, 1997a.

LACERDA, Maria do Socorro. **Situação das bibliotecas/salas de leitura das escolas municipais de João Pessoa**. João Pessoa, 1997b.

LIMA, Izabel França de. **Biblioteca Digital Paulo Freire como dispositivo de inclusão: visão de professoras de escola pública de João Pessoa/PB**. João Pessoa, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba – Centro de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert07/Izabel%20Fran%20E7a%20de%20Lima.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

MACEDO, Luciana Alves de. **Biblioteca escolar como espaço de incentivo à leitura**. João Pessoa, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=G-Xf5BH7WFAC&pg=PA3&dq=luciana+de+alves+macedo&hl=pt-BR&sa=X&ei=omfdT-K5GYr28wTiwP3QCg&ved=0CEcQ6AEwAg#v=onepage&q=luciana%20de%20alves%20macedo&f=false>>. Acesso em 14 jun. 2012.

MONTUANI, Daniela Freitas Brito. **O PNBE/2005 na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte**: uma discussão sobre os possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores. Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAEC-83VSE4/1/disserta__o_daniela_montuani__vers_o_final_09.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SILVA, Helane Cibely Albuquerque da; COSTA, João Henrique Lucena da; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima. Práticas de leitura em bibliotecas escolares: um estudo na rede municipal de João Pessoa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33. **Anais...** João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/92/42>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

SILVA, Irenilda Medeiros da; CRUZ, Alexsandra dos Santos; BEZERRA, Laudénice Rodrigues; PIRES, Márcia Teodózio da Silva; SOARES, Arienne de Souza. Inserção do profissional bibliotecário nas bibliotecas públicas municipais escolares: uma prática. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 34. **Anais...** São Luis, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/INSERÇÃO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS ESCOLARES uma prática.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

SILVA, Irenilda Santos; BEZERRA, Laudénice Rodrigues; PIRES, Márcia Teodózio da Silva; AYRES, Renata Nóbrega; SEVERO, Ronhely Pereira. Biblioteca Municipal de João Pessoa: uma reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33. **Anais...** João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/113/124>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

SISTEMA CFB/CRB. **Projeto mobilizador**: biblioteca escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/promobil/PROMOBILFINAL.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. SISTEMA CFB/CRBs. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/projetos/MIOLO.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

ANEXO A – Extrato do documento
***Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento:
parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras***

GEBE

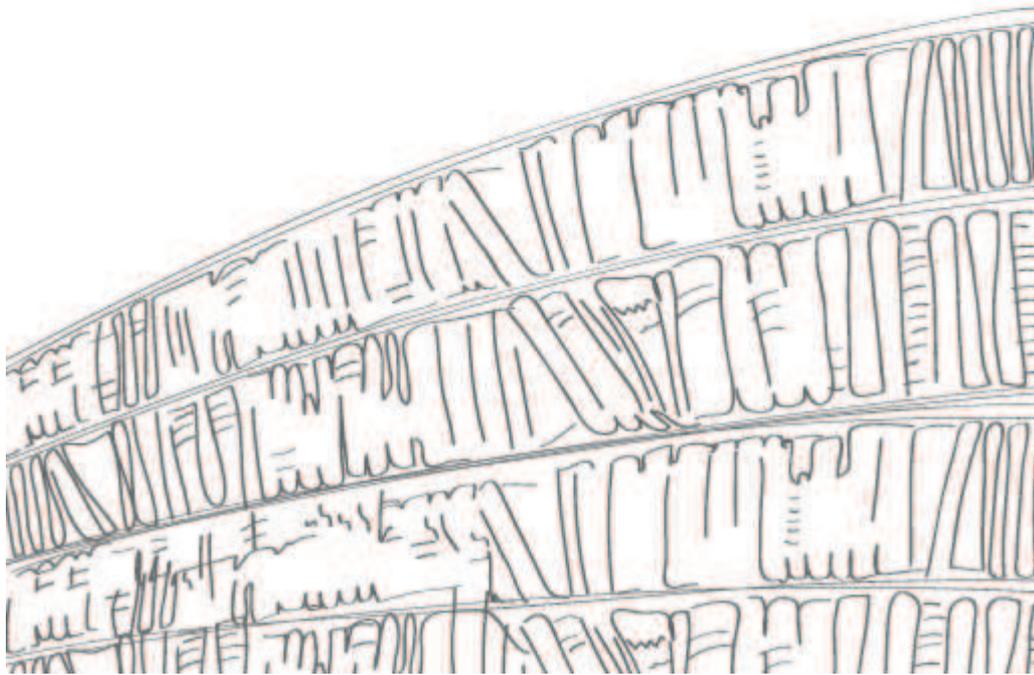
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar



Sistema CFB / CRBs
Conselho Nacional de Biblioteconomia
Conselho Brasileiro de Biblioteconomia

Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento

Parâmetros para bibliotecas escolares



Equipe responsável

Bernadete Campello (Coordenadora)
Vera Lúcia Furst Gonçalves Abreu
Paulo da Terra Caldeira
Ricardo Rodrigues Barbosa
Márcia Milton Vianna
Maria da Conceição Carvalho
Adriana Bogliolo Sirihal Duarte
Carlos Alberto Ávila Araújo

*Professores da Escola de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Minas Gerais*

Janaína Ferreira Fialho
*Professora da Faculdade de Comunicação e
Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás*

Maura Alvarenga
Bolsista do CNPq

Conselho Federal de Biblioteconomia

14ª e 15ª Gestões

Colaboração

Carla Floriana Martins (Rede Marista de Bibliotecas)
Ivo Funghi Baía (E.M. José Maria Alkmim-SMED-PBH)
Margareth Egídia Moreira (E.M. Maria de Rezende Costa-SMED-PBH)
Sabrina R. Sanches Brasil (E.M. Prof. Tabajara Pedroso-SMED-PBH)

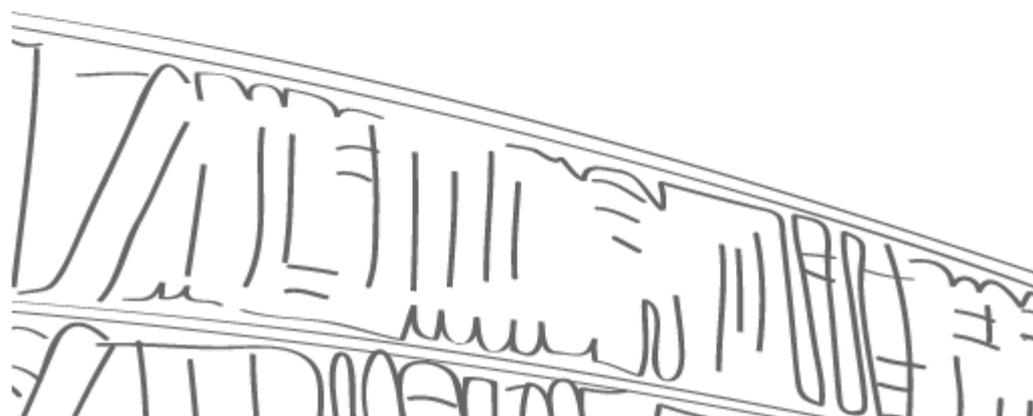
Apoio

autêntica

Belo Horizonte
2010

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Parte 1 – Indicadores	
Espaço físico	12
Acervo	13
Computadores com acesso à internet	14
Organização do acervo	15
Serviços e atividades	16
Pessoal	17
Parte 2 – Instrumento de avaliação e planejamento	
Referências	33



Apresentação

Este documento constitui um referencial para a qualidade das bibliotecas escolares do país. Estamos falando de bibliotecas que são espaços de aprendizagem que propiciam e estimulam conexões entre saberes; que são laboratórios – não de equipamentos e apetrechos – mas de ideias.

Teve sua origem no *Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informações para o ensino público*, lançado em 2008 pelo Sistema CFB/CRBs (Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia), que argumentava a favor da criação de bibliotecas nas escolas públicas do país. Nesta ocasião, o CFB buscou parcerias para desenvolver as ações propostas no *Projeto Mobilizador*, que pudessem embasar o objetivo de dotar as escolas brasileiras com bibliotecas de qualidade, que contribuíssem efetivamente na formação de crianças e jovens.

Acolhendo a parceria proposta pelo CFB, o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da UFMG, se dispôs a elaborar parâmetros para criação e avaliação de bibliotecas escolares. Tais parâmetros constituem um referencial flexível para que escolas – públicas ou particulares – embasem sua decisão sobre a biblioteca com a qual desejam contar. Podem ser catalizadores de mudanças em escolas que entendem a biblioteca como espaço de aprendizagem.

O processo de elaboração dos parâmetros teve início com um estudo da situação das bibliotecas escolares do país. Partindo desta realidade – e tendo como base teórica a noção de *biblioteca escolar como espaço de aprendizagem* – o GEBE pode definir o que é uma

biblioteca escolar brasileira e, a partir daí, apresentar indicadores que apontam níveis a serem alcançados, dependendo da vontade e das possibilidades de cada escola em investir na sua biblioteca.

Espera-se que, no *nível básico*, os indicadores sejam um ponto de partida, servindo para orientar a maioria das escolas que desejem criar sua biblioteca ou reformular espaços que ali já existem, mas que não podem ser considerados como biblioteca. No *nível exemplar* os indicadores significam um horizonte a ser alcançado.

Estes parâmetros devem ser vistos como referenciais flexíveis, a serem modificados na medida em que se consolidarem como instrumentos úteis para balizar o aperfeiçoamento das bibliotecas escolares do país.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2010

Bernadete Campello
Coordenadora do Grupo de
Estudos em Biblioteca Escolar
<http://gebe.eci.ufmg.br/>

Nêmora Arlindo Rodrigues
Presidente do Conselho Federal de
Biblioteconomia – 14ª e 15ª gestões
<http://www.cfb.org.br>

Introdução

A elaboração destes parâmetros teve como ponto de partida a noção de que o termo “biblioteca escolar” designa um dispositivo informacional¹ que:

- conta com espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar:
 - o acervo;
 - os ambientes para serviços e atividades para usuários;
 - os serviços técnicos e administrativos.
- possui materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários;
- tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez;
- fornece acesso a informações digitais (internet);
- funciona como espaço de aprendizagem;
- é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar.

¹ “...um dispositivo é uma instância, um local social de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, enfim, seus modos de interação próprios ... implicando noção de intencionalidade, de ação realizada por pessoas ou materiais, tendo em vista um objetivo a ser alcançado.” (IVETE PIERLUCCINI, 2004).

O documento é composto de duas partes:

Parte 1: Um conjunto de indicadores relativos a

- espaço físico,
- acervo,
- computadores com acesso à internet,
- organização do acervo,
- serviços e atividades
- pessoal,

que representam o nível básico em que uma biblioteca deve funcionar, e aponta o nível exemplar, isto é, um horizonte a ser alcançado.

Parte 2: Um instrumento de avaliação e planejamento que amplia os indicadores acima mencionados, permitindo que a escola analise e avalie detalhadamente sua biblioteca, e trace metas e prazos para seu aperfeiçoamento.



PARTE 1

Indicadores

Espaço físico

“A concepção pedagógica proposta pelos PCN vem, com certeza, reforçar o papel da biblioteca dentro da escola. Ela se constituirá no espaço coletivo para o compartilhamento dos recursos didáticos que as novas metodologias irão exigir. Fica evidente que esses recursos deverão estar próximos dos alunos, não se justificando mais soluções paliativas que sugeriam que a biblioteca pública poderia substituir a biblioteca escolar.”

“O planejamento do espaço da biblioteca deve ser feito em função do acervo e do uso que se pretende dele fazer. Além de salas para abrigar o acervo geral, a coleção de referência e a de periódicos, devem ser previstas salas para uso individual e de grupos, locais específicos para uso de equipamentos (computadores, gravadores, videocassetes), lugar separado para a coleção infantil para atividades com crianças menores, além de salas de projeções. Tal espaço facilitará o planejamento e o desenvolvimento do programa da biblioteca. Se esse ideal não é possível, será necessário planejar criteriosamente as atividades na biblioteca, otimizando-se o uso dos locais disponíveis.”

Paulo da Terra Caldeira

A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários:

- *no nível básico:* de 50m² até 100m²;
- *no nível exemplar:* acima de 300m².

A biblioteca escolar possui assentos para acomodar usuários que ali vão para consultar os materiais e/ou realizar atividades:

- *no nível básico:* assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos;
- *no nível exemplar:* assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos.

Além de ambientes para os serviços fim a biblioteca escolar conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos:

- *no nível básico:* um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo do (s) funcionário (s);
- *no nível exemplar:* um balcão de atendimento e ambiente específico para atividades técnicas, com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo de cada um dos funcionários.

Acervo

“O acervo da biblioteca reflete a proposta de aprendizagem baseada nos textos autênticos: precisa abrigar a variedade de discursos e seus portadores, mantendo-se atualizado e dinâmico, acompanhando a produção acelerada dos recursos informacionais na atualidade.”

**Bernadete Campello e
Mônica do Amparo Silva**

“O livro didático enviado pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD ao aluno não é acervo de biblioteca. Esse tipo de obra é de uso dos alunos em sala de aula e não é registrado pois, como obra integrante do catálogo da biblioteca”.

**Política de desenvolvimento
de acervo das bibliotecas
escolares da Rede Municipal de
Educação de Belo Horizonte**

A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos:

- *no nível básico:* a partir de um título por aluno²
- *no nível exemplar:* a partir de quatro títulos por aluno, não sendo necessário mais do que cinco exemplares de cada título.

O acervo contempla a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos variados usos escolares, tais como: enciclopédias, dicionários, almanaques, atlas, etc.

Além de livros a biblioteca escolar conta com revistas e outros materiais não impressos, como: documentos sonoros, visuais e digitais.

² De acordo com a lei 12.244 de 24 de maio de 2010, Art. 2º, Parágrafo único, “Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares”.

Computadores ligados à internet

“[A biblioteca] está mudando rapidamente, da dependência de uma coleção delimitada, para o acesso direto a uma vasta quantidade de informação em rede na Internet e para uma variedade de bibliotecas digitais. O papel do bibliotecário em uma biblioteca da sociedade da informação não é apenas fornecer grande quantidade de recursos informacionais, mas também colaborar com os professores como facilitadores e treinadores no processo de aprendizagem baseado em tais recursos.”

Carol Kuhlthau

Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo. O número de computadores é:

- *no nível básico:* pelo menos um computador ligado à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem;
- *no nível exemplar:* computadores ligados à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem, em número suficiente para uma classe inteira.

Organização do acervo

“Uma boa biblioteca possui coleção selecionada em função dos interesses da comunidade a que serve. Não é um amontoado de livros recebidos por doação ou enviados por órgãos governamentais que, embora com a melhor das intenções, não conhecem a fundo as necessidades da escola. Ela deve ser organizada de forma a permitir que o livro ou material certo seja encontrado com facilidade e rapidez.”

Bernadete Campello

O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez:

- *no nível básico:* o catálogo da biblioteca inclui pelo menos os livros do acervo, permitindo recuperação por autor, título e assunto;
- *no nível exemplar:* o catálogo da biblioteca é informatizado e possibilita o acesso remoto a todos os itens do acervo; permite – além de recuperação por autor, título e assunto – recuperação por outros pontos de acesso.

Serviços e atividades

“A biblioteca escolar oferece serviços de apoio à aprendizagem, disponibilizando livros e outros recursos informacionais aos membros da comunidade escolar, possibilitando-lhes tornarem-se pessoas críticas e usuários competentes de informações em todos os formatos e meios”.

Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar

A biblioteca oferece serviços regularmente:

- *no nível básico:* consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa;
- *no nível exemplar:* consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa, além de serviço de divulgação de novas aquisições, exposições e serviços específicos para os professores, tais como levantamento bibliográfico e boletim de alerta.

Pessoal

“O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas”.

Art. 2º da lei 4.084, de 30 de junho de 1962

A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta:

- *no nível básico*: um bibliotecário-supervisor,³ responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de pessoal auxiliar em cada uma das bibliotecas, em cada turno;
- *no nível exemplar*: um bibliotecário responsável pela biblioteca e pessoal auxiliar em cada turno, de acordo com o número de alunos da escola.

³ Um bibliotecário-supervisor supervisiona no máximo quatro bibliotecas, desde que essas bibliotecas, em conjunto, atendam até quatro mil alunos.

ANEXO B – Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE

Tribunal de Contas da União - Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo - Seprog

Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Fiscalização e Avaliação de
Programas de Governo - SEPROG

Sumários Executivos

**Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da
Escola - PNBE**

Brasília
2002

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo -
SEPROG
SAFS Quadra 4 lote 1 Anexo I sala 436
700420900 Brasília DF
Fone: (61) 316-7902
Correio eletrônico: seprog@tcu.gov.br
Secretária
Marília Zinn Salvucci

EDITORACÃO

Instituto Serzedello Corrêa
Salvatore Palumbo

Centro de Documentação
Evelise Quadrado de Moraes

Revisão
Marília de Moraes Vasconcelos Silva

Layout e Editoração Eletrônica
Cristiano Ferreira Spohr
Gustavo Coelho de Souza

Foto
Marcelo Cardoso Soares

Brasil. Tribunal de Contas da União.
Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca Escola
/Tribunal de Contas da União. Brasília : TCU, Secretaria de Fiscal
zação e Avaliação de Programas de Governo, 2002.
16 p. (Sumários Executivos / TCU-SEPROG ; 5)

1. Biblioteca escolar I. Título II. Série

Catologação na fonte: Biblioteca Ministro Ruben Rosa

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Ministros

Humberto Guimarães Souto, Presidente
Valmir Campelo, Vice-Presidente
Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça
Iram Saraiva
Adylson Motta
Walton Alencar Rodrigues
Guilherme Palmeira
Ubiratan Aguiar
Benjamin Zymler

Ministros-Substitutos

Lincoln Magalhães da Rocha
Augusto Sherman
Marcos Bemquerer

Ministério Público

Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral
Jatir Batista da Cunha, Subprocurador-Geral
Paulo Soares Bugarin, Subprocurador-Geral
Ubaldo Alves Caldas, Subprocurador-Geral
Maria Alzira Ferreira, Procuradora
Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador
Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Por que foi avaliado?.....	9
O que foi avaliado pelo TCU?.....	9
Como se desenvolveu o trabalho?.....	10
O que o TCU encontrou.....	10
O que pode ser feito para melhorar o desempenho do PNBE.....	12

APRESENTAÇÃO

Esta série de publicações contém as principais informações sobre o resultado das auditorias de programas sociais realizadas pelo TCU com o intuito de avaliar o desempenho do Governo Federal em áreas estratégicas para a sociedade brasileira. As atividades foram desenvolvidas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Reino Unido, em vigor desde 1998.

Com este documento, pretende-se divulgar a atuação do TCU, informando ao público em geral, parlamentares, sociedade civil organizada e órgãos governamentais interessados, sobre o desenvolvimento dos programas auditados e suas principais características.

Neste número são apresentadas informações sobre auditoria do TCU com o intuito de avaliar a “Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental” (Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE), uma das ações do Programa Toda Criança na Escola, do Ministério da Educação.

Humberto Souto
Ministro-Presidente

Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE

O Tribunal de Contas da União realizou auditoria¹, com o intuito de avaliar a “Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental” (Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE), uma das ações do Programa Toda Criança na Escola, constante do Plano Plurianual 2000-2003. O PNBE é gerido pela Secretaria de Educação Fundamental - SEF e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, subordinados ao Ministério da Educação.

O objetivo do PNBE é viabilizar a diversificação das fontes de informação utilizadas nas escolas públicas brasileiras, contribuindo para o aprimoramento da consciência crítica dos alunos e professores, além da comunidade em geral. Busca atingir seus propósitos por meio da distribuição às escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública, devidamente cadastradas no Censo Escolar, de obras literárias infantis e juvenis, abordando temas sobre a formação histórica, econômica e cultural do País, além de obras de referência como enciclopédias e dicionários.

Na operacionalização do PNBE, cabe à SEF a definição das diretrizes e seleção dos títulos integrantes dos acervos de cada ano e ao FNDE a aquisição e a distribuição dos livros para as escolas.

Por que foi avaliado?

Foi constatado que não há informações sobre a utilização dos livros distribuídos pelo PNBE, decorrente da falta de uma avaliação sistemática da utilização dos acervos pelos alunos e professores, o que impede o conhecimento sobre os resultados do Programa. Tal avaliação é essencial para garantir a devida utilização dos livros recebidos, principalmente quando se constata que o material distribuído é a única fonte de apoio pedagógico disponível para muitas escolas.

O que foi avaliado?

A auditoria buscou investigar como poderia haver uma utilização mais efetiva dos livros distribuídos pelo PNBE. Foram avaliadas as dificuldades e oportunidades na utilização dos acervos

¹ Apiciada em sessão de 16/6/2002, relatada pelo Ministro Guilherme Palmeira.

pelos beneficiários, verificando-se, entre outros aspectos, as condições operacionais das escolas para inserir os livros nas atividades escolares, a capacitação de professores e a divulgação do Programa.

Além disso, foi realizada uma análise comparativa das sistemáticas adotadas pelo PNBE, tendo em vista que o enfoque de prover acervos às bibliotecas das escolas beneficiadas foi substituído, em 2001, pela entrega direta de livros aos alunos. Uma outra preocupação foi verificar as possibilidades de reforçar o monitoramento, de implantar o acompanhamento e a avaliação do Programa, de interagir tanto com outros programas do Ministério da Educação - MEC como com iniciativas dos outros níveis de governo (estados e municípios) e, ainda, de tratar os beneficiários do Programa de forma mais equitativa.

Como se desenvolveu o trabalho?

Os trabalhos de campo consistiram em visitas a 60 escolas, nos estados de Tocantins, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás e no Distrito Federal, abrangendo as 5 regiões geográficas do País. Além disso, foi realizada pesquisa por meio do envio de questionários a 879 escolas de todos os estados brasileiros, selecionadas por meio de amostra estatística, tendo sido obtida uma taxa de resposta de 57,2%. O trabalho contou também com entrevistas com gestores do Programa no MEC como forma de investigar diversos aspectos relacionados à avaliação.

O que o TCU encontrou

O trabalho constatou que o FNDE tem mostrado grande eficácia operacional na distribuição dos acervos do Programa para as escolas beneficiadas. Foram atendidas 20 mil escolas em 1998 e 36 mil em 1999, com previsão de atendimento de 139 mil escolas em 2002.

Todavia, também se verificou que o PNBE não tem atividades de monitoramento e avaliação bem estruturadas. O MEC não dispõe de informações que permitam conhecer o nível de utilização dos acervos, bem como os problemas que podem estar afetando a efetividade do uso dos livros no desenvolvimento escolar dos alunos.

nas escolas beneficiadas. Tal fato é mais preocupante justamente no momento em que aumenta a escala de atendimento do Programa.

Um outro ponto levantado é que a divulgação do PNBE precisa ser aprimorada. Os estudos de caso nas escolas beneficiadas revelaram um baixo nível de conhecimento de diretores e professores sobre o Programa. Ao mesmo tempo, dados do Censo Escolar 2000 indicam que apenas 27,6% das escolas que receberam acervos do PNBE em 1998 e/ou 1999 declararam participar do Programa.

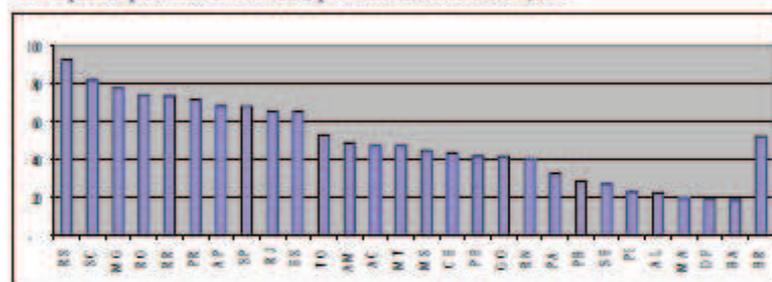
O trabalho revelou que existe pouca integração dos três níveis de governo na política de educação para utilização de livros paradidáticos. Há diversas iniciativas, mesmo dentro do governo federal (TV Escola, Parâmetros em Ação), que poderiam estar articuladas com o PNBE para promover o aumento da sua efetividade.

Por fim, foi também constatado que não há previsão de ações de apoio direcionadas para as escolas mais carentes. Essas escolas apresentam deficiências que podem comprometer seriamente o uso dos acervos recebidos se não receberem atenção diferenciada por parte da gerência do PNBE. A foto abaixo, à esquerda, ajuda a ilustrar a situação. A falta de um espaço adequado para a guarda e utilização dos acervos tende a comprometer a qualidade do trabalho pedagógico que essas escolas podem realizar. Dessa forma, é preciso oferecer apoio especial às escolas carentes para atenuar o quadro de dificuldades e aproximá-las de uma situação mais favorável, como ilustrado na figura, à direita.



O gráfico abaixo mostra a distribuição de escolas beneficiadas que dispõem de biblioteca, um importante recurso para o uso dos livros recebidos. Nota-se uma predominância de escolas beneficiadas pelo Programa e carentes de bibliotecas nos estados da Região Nordeste, em contraste com o que ocorre na Região Sul. Essa disparidade se traduz em condições que acabam por limitar o uso dos acervos nas situações de maior carência.

Gráfico 1: Distribuição Percentual de escolas beneficiadas pelo PNBE em 1998 e 1999 que dispõem de biblioteca, por unidade de Federação.



Fonte: Cadastro do FNDE de escolas beneficiadas pelo PNBE em 1998 e 1999 e dados do Censo Escolar de 2000.

O que pode ser feito para melhorar o desempenho do PNBE

Considerando a importância e a qualidade dos acervos distribuídos, é fundamental que se promova a sua efetiva utilização, o que está de acordo com a declaração do Ministro Paulo Renato na Voz do Brasil - Programa n.º 136/2001 de 10/09/2001: “o Programa ‘Biblioteca da Escola’, do Ministério da Educação, vem equipando as escolas públicas com um acervo completo de literatura infanto-juvenil. Cinquenta e seis mil escolas já formaram as suas bibliotecas. **Mas não adianta a escola ter uma biblioteca, se ela não for sempre utilizada.**” Nesse sentido, o TCU recomenda ao MEC, dentre outras medidas:

- acompanhamento e avaliação sistemática das ações e resultados obtidos pelo PNBE;
- Efetivação de ações de divulgação do PNBE e capacitação de professores e bibliotecários, com maior participação das secretarias de educação;

- criação de um grupo de coordenação para interação com outros programas do MEC;
- incorporação ao PNBE da preocupação com o princípio da equidade.

Espera-se que essas ações favoreçam o aumento da efetividade do Programa. Assim, a melhoria no monitoramento do PNBE, após a entrega dos acervos nas escolas, e a criação de sistemática de avaliação e acompanhamento dos resultados do Programa podem contribuir para a obtenção de informações mais precisas sobre o público-alvo atendido e o efetivo atendimento de suas necessidades. Com isso, viabiliza-se o conhecimento sobre os possíveis impactos que o PNBE vêm proporcionando em termos de incremento nos níveis de aprendizagem dos alunos.

Além disso, a interação com outros programas e iniciativas nos três níveis de governo pode aprimorar a divulgação do PNBE e a utilização dos acervos distribuídos. A difusão de boas práticas para capacitação de professores e bibliotecários na utilização dos acervos é um exemplo de benefício que pode advir dessa maior interação com estados e municípios.

Ao mesmo tempo, o apoio a escolas mais carentes pode lhes proporcionar melhores condições de utilizar os acervos, por meio de orientações de como superar dificuldades operacionais, como falta de espaço físico para a biblioteca da escola e inexistência de bibliotecário. Com isso, espera-se um aumento das oportunidades de aprendizagem para alunos dessas escolas que têm dificuldade de incorporação dos acervos na prática pedagógica.

O Tribunal de Contas da União está acompanhando a implementação das recomendações de modo a certificar-se de que os problemas levantados pela auditoria serão enfrentados de forma efetiva.

ANEXO C - Extrato da
Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola



**Programa Nacional Biblioteca
da Escola (PNBE): leitura e
biblioteca nas escolas
públicas brasileiras**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**Programa Nacional Biblioteca
da Escola (PNBE): leitura e
biblioteca nas escolas públicas brasileiras**

Brasília
2008

Secretaria de Educação Básica

Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e
Tecnologias para Educação Básica

Coordenação-Geral de Materiais Didáticos

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jeanete Beauchamp
Jane Cristina da Silva

ELABORAÇÃO

Andréa Berenblum
Jane Paiva

EQUIPE TÉCNICA

Andréa Kluge Pereira
Cecília Correia Lima
Elizângela Carvalho dos Santos
Ingrid Lílian Fuhr Raad
José Ricardo Albenás Lima
Lucineide Bezerra Dantas
Lunayla da Conceição Gomes
Márcia Marismene Gonzaga

EDITORÇÃO

Aline Cristina de Lima Dantas

FOTOGRAFIA

Aline Cristina de Lima Dantas
Edna Castro de Oliveira
Jéssica Ferreira
Luiza de Miranda Lemos
Márcia Jaqueline de Grammont M. de Araújo
Marinaide Queiroz
Odiléa Dessayne de Almeida
Tânia Moura
Wanir Azarany de Almeida

EQUIPE DE APOIO

Andréa Cristina de Souza Brandão
Leandro Pereira de Oliveira
Paulo Roberto Gonzaga

Dados Internacionais de Catalogação em Publicação (CIP)

Brasil. Ministério da Educação.

Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas
brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração
Andréa Berenblum e Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, 2008.

130 p.; il. color.; 24 cm.

Inclui anexos e bibliografia.

ISBN 978-85-7783-013-8

1. Escola Pública – Brasil. 2. Leitura. 3. Biblioteca. 4. Política pública. 5. Educação. I.
Berenblum, Andréa. II. Paiva, Jane. III. Título.

CDD 370

Impresso no Brasil

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 6º andar – sala 612
Brasília-DF 70047-900
TIRAGEM
146 mil exemplares



Sumário

APRESENTAÇÃO	05
POR QUE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DOS PROGRAMAS DO PNBE?	07
DIMENSÕES DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA	11
A LEITURA NO BRASIL: COMO CONHECERA DIVERSIDADE DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?	15
A PESQUISA AVALIATIVA: METODOLOGIA PARA O DIAGNÓSTICO DO PNBE.	23
CONHECIMENTOS PRODUZIDOS NO CAMPO DA PESQUISA: DA VIDA DA ESCOLA A POLÍTICAS PÚBLICAS	35
Brasil: Escolas, Matrículas e Bibliotecas	37
Região Norte: Pará	37
Região Nordeste: Ceará, Bahia e Sergipe	41
Região Sudeste: Minas Gerais e Espírito Santo	55
Região Sul: Rio Grande do Sul	66
Região Centro-Oeste: Goiás	72
COLHEITA — A RIQUEZA DO CAMPO	79
Leitura e Condições Sociais e Culturais	81
Concepções de Leitura e Escrita e de Leitores	83
Espaços de Leitura nas Escolas	86
As Crianças e Adolescentes que nos Escapam: eles não gostam de ler?	89
Atividades / Práticas de Leitura e Currículo	95
Leitura Como Fundamento do Projeto Político-Pedagógico da Escola	100
Professores Não São Leitores?	101
Formação Docente Para Trabalhar com os Acervos	103
Formação de Gestores para o Trabalho com a Leitura	106
Problematização: livros literários ou livros didáticos?	107
Práticas e Atos de Leitura	108
Publicidade de Incentivo à Leitura	110
Políticas de Leitura e Descontinuidades — Participação Local nas Escolhas dos Acervos; Autores Regionais; Relação Mais Próxima do MEC com as Escolas; Investigação da Realidade Antes da Implantação de Programas	110
SEMEADURA — AS SEMENTES VOLTAM AO CAMPO	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130



Apresentação

Uma ação pública de incentivo à leitura, como parte da política educacional, tem por princípio proporcionar melhores condições de inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada, no momento de sua escolarização. Constitui, ainda, no contexto da sociedade brasileira, uma forma de reverter uma tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população. A instituição, pelo Ministério da Educação, de uma política de formação de leitores, é, portanto, condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores.

As primeiras ações voltadas para a biblioteca escolar e para o incentivo à leitura e à formação de leitores, como o Programa Salas de Leitura, tiveram início nos anos oitenta. Em 1997, foi instituído o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, por meio do qual vêm sendo distribuídos, em formatos de atendimento variados, acervos às bibliotecas e a alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental. O modelo de intervenção adotado vem historicamente privilegiando um único aspecto que compõe uma política de formação de leitores: a compra e a distribuição de livros às escolas e aos alunos.

Considerando os baixos resultados apresentados pelos alunos das escolas públicas do ensino fundamental em avaliações como o PISA e os dados críticos levantados pelo Sistema Nacional da Educação Básica – SAEB sobre os indicadores de desempenho em leitura das crianças ao final dos primeiros e dos últimos anos do ensino fundamental, constata-se que a distribuição de acervos às escolas, alunos e professores pelo PNBE vem cumprindo de forma tímida sua função de promover a inserção dos alunos na cultura letrada. Embora fundamental para a implantação de uma política de formação de leitores, o Programa deve ser entendido como uma das ações dessa política que está estruturada em dois eixos principais: (1) Qualificação dos recursos humanos e (2) Ampliação do acesso a materiais de leitura diversificados. Esses eixos encontram-se detalhados no documento – Por uma Política de Formação de Leitores – disponível na página www.mec.gov.br.

Dessa forma, e entendendo que uma política de formação de leitores deve ser encaminhada para além de ações de aquisição e distribuição de acervos, o MEC realizou, por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB), uma pesquisa avaliativa do PNBE, intitulada Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola, com o objetivo de obter subsídios sobre o uso que vem sendo feito dos livros encaminhados às escolas e sobre o impacto desse Programa na formação de leitores. Essa pesquisa foi desenvolvida pela Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural – ALPAC e forneceu dados importantes sobre questões centrais relacionadas às bibliotecas escolares e às práticas de leitura e de escrita realizadas nas salas de aula e pelas escolas.

O objetivo do Ministério da Educação ao divulgar o resultado dessa pesquisa é contribuir para a reflexão de gestores e professores no que diz respeito às práticas de leitura que se desenvolvem na escola, à formação do professor e à situação do espaço físico necessário para a implantação da biblioteca escolar, de forma a integrá-la à dinâmica escolar como ambiente central aos processos de aprendizagem e de disseminação de



informação. Para tanto, é necessário, não só repensar as práticas de leitura desenvolvidas na sala de aula como, também, o papel da biblioteca no projeto político-pedagógico das escolas, transformando-a em um espaço de convivência, de debate, de reflexão e de fomento à leitura.

Secretaria de Educação Básica



**POR QUE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
DOS PROGRAMAS DO PNBE?**



Este documento apresenta os resultados da pesquisa Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) realizada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em parceria com uma equipe de pesquisadores ligados à Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A pesquisa teve a finalidade de investigar a realidade das práticas pedagógicas em torno das obras distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, realizando um diagnóstico sobre: o que professoras e professores, diretores, coordenadores pedagógicos, responsáveis por biblioteca, estudantes e pais pensam sobre os livros de literatura que chegam às escolas; que uso vem sendo feito desses livros; quais são as práticas de leitura e de escrita realizadas nas salas de aula e pelas escolas; e que papel a biblioteca tem representado nas escolas públicas. Para que esse diagnóstico fosse o mais próximo possível da realidade, foram preservadas as falas dos depoentes, mantendo as formas orais como se expressaram, sem alterar os modos de dizer, mesmo quando eles, do ponto de vista da língua padrão, pudessem apresentar algum "erro" de concordância ou de qualquer natureza. O que estava em jogo era saber como cada um pensava essas questões, ou seja, interessava o conteúdo das falas, e por isso essas falas foram intencionalmente preservadas sem qualquer reificação.

A divulgação dessa pesquisa pelo MEC se constitui como mais um material de formação, discussão e debate em torno da leitura e da escrita, ao apresentar os caminhos possíveis de uma pesquisa avaliativa, as escolhas feitas, os modos como se vai produzindo a metodologia para abordar a realidade que se deseja conhecer, as questões enfrentadas no trabalho de campo, a sistematização de informações coletadas e as possíveis leituras dessas informações como dados significativos, que revelam aspectos até então encobertos pela fragmentação de informações do campo sobre o objeto de estudo.

O documento pretende, principalmente, dialogar com professores e gestores sobre situações vividas por eles cotidianamente, que merecem atenção na prática pedagógica, porque afetam muitos estudantes e comprometem, se não forem assumidos como questões centrais da escola brasileira, a qualidade da educação como política pública.

Esse diálogo, pela leitura e atribuição de sentidos a o que foi escrito, visa a exercitar práticas de leitura compreensiva, que consideram todo leitor como um co-autor do texto, ao atribuir sentidos ao que lê. Desse modo, o ato de leitura deste relato da pesquisa pode constituir um evento formador autônomo, ou ser compartilhado coletivamente para dialogar com concepções, práticas e experiências que esses profissionais desenvolvem no cotidiano da escola, reforçando-as ou transformando-as.

A Avaliação Diagnóstica do PNBE: desenvolvimento da pesquisa em 2005

Com vistas a subsidiar a elaboração de uma política de formação de leitores que vá além das ações de aquisição e distribuição de livros e acervos às escolas públicas de educação básica, a Secretaria de Educação Básica (SEB) realizou, em 2005, uma série de seminários regionais, onde foram discutidas com representantes dos sistemas públicos de ensino as idéias e conceitos que norteariam essa política. Paralelamente, foi realizada a pesquisa em questão sobre o impacto da distribuição dos acervos do PNBE nas práticas de incentivo à leitura desenvolvidas nas escolas brasileiras.

A partir dessa pesquisa, pôde-se traçar uma espécie de "retrato" do que vem acontecendo nas escolas brasileiras desde 1998, quando o MEC passou a distribuir, sistematicamente, acervos literários coletivos e individuais às escolas públicas de ensino fundamental de todo o país.

Para que a pesquisa pudesse ter validade nos dados levantados, um número significativo de escolas — 196 — foi selecionado, por amostra estatística, em oito estados e 19 municípios, representando o universo de escolas de ensino fundamental de crianças, jovens e adultos existentes nas redes públicas. Essas escolas acolheram os pesquisadores e ofereceram um vasto panorama sobre as práticas de leitura e escrita realizadas a partir dos livros recebidos ao longo desses anos.

A idéia central da pesquisa era avaliar se a política de distribuição de livros afetava as práticas pedagógicas dos professores — e como isso acontecia — para, só então, orientar a continuidade ou revisão do Programa.

Com essa questão para investigar, organizou-se a pesquisa de modo a verificar os usos feitos com os acervos; se os livros que se destinavam aos estudantes foram ou não distribuídos; que práticas de leitura/escrita professores e estudantes exerciam na escola; que orientação cada escola dava a seus professores quanto ao uso dos livros; que práticas de leitura e escrita aconteciam na escola durante a permanência dos pesquisadores; se a política centralizada de distribuição de livros pelo Governo Federal contribuía para a qualidade da educação, promovendo a inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos leitores e escritores autônomos no mundo letrado; e as formas como esses livros eram aproveitados na comunidade.

Devolvendo os Resultados a Professoras e Professores, Gestores e Estudantes

Não tem sido prática dos pesquisadores — tanto de universidades quanto de governos — devolver resultados de pesquisas a todos os interessados, incluindo aqueles que participaram como informantes e depoentes da coleta de informações/dados. Por isso, essa pesquisa inova ao organizar esta publicação destinada especialmente a gestores, professoras e professores — e também a estudantes e demais profissionais da escola —, que desejem conhecer em que suas práticas com a leitura e a escrita se parecem ou não com a de muitos outros professores do país, suas dificuldades, êxitos e realizações.

A todos os que participaram da pesquisa, o nosso agradecimento pelo envolvimento, pela acolhida, desejando que o retorno dos resultados, por meio dessa publicação, satisfaça à curiosidade de tantos que apostaram na importância de saber como um programa de distribuição de livros é avaliado pelos que o usam/não usam, praticam/não praticam a leitura e a escrita, transformam suas práticas pedagógicas dando lugar a textos que, mexendo com a imaginação de crianças, jovens e adultos, podem fazer diferença na qualidade da escola brasileira: a escola que queremos, para que todos os brasileiros e brasileiras, além de ter sucesso no aprender, passem nela um tempo de vida muito feliz.

1 No período de 2003 a 2005, o MEC disponibilizou acervos de literatura para uso individual de alunos da 4ª e da 5ª séries do ensino fundamental e de acadêmicos de vários cursos, etípicos, fúcos e cívicos da educação de jovens e adultos, acervo este denominado *Palavra de Gente*.



**DIMENSÕES DO PROGRAMA
NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA**



Para que se possa compreender a complexidade do Programa pesquisado e, principalmente, por que muitos professores que lerão esse texto não participaram da gênese do PNBE — fato constatado pela própria pesquisa —, inicia-se este capítulo pela apresentação dos diferentes acervos que compuseram, ano a ano, o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Cada um dos acervos é datado e surge em circunstâncias diversas, com determinadas características, ao longo do período em que foi distribuído.

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 1998 – 1ª a 8ª séries

Em 1998, o Programa distribuiu 20.000 acervos para 16.600.000 estudantes de 20.000 escolas de 1ª a 8ª séries com mais de 500 estudantes.

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 1999 – 1ª a 4ª séries

Em 1999, o Programa distribuiu 36.000 acervos, beneficiando 10.800.000 estudantes de 1ª a 4ª séries, de 36.000 escolas com mais de 150 estudantes.

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2000 – Biblioteca do Professor

O Programa voltou-se para a distribuição, em 2000, de 30.718 acervos para profissionais da educação em 30.718 escolas.

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2001 – Literatura em minha Casa – 4ª e 5ª séries

Em 2001, o Programa deixou de distribuir acervos coletivos para as bibliotecas escolares e voltou-se à distribuição de 12.184.788 coleções para 8.561.639 estudantes de 4ª e 5ª séries de 139.119 escolas. As coleções foram organizadas segundo critérios de gênero literário e com formato próprio, o que exigiu adaptações gráficas das editoras quando se tratava de obras já comercializadas, incluindo a padronização de tamanho e a ausência de cor no miolo, restringindo a cor à capa. As escolas desses estudantes receberam um conjunto de cada coleção selecionada.

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2002 – Literatura em minha Casa – 4ª série

Em 2002, novamente o Programa atendeu ao público de 4ª série, distribuindo 4.216.576 coleções a 3.527.014 estudantes em 70.455 escolas.

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2003 – Literatura em minha Casa – 4ª e 8ª séries e Palavra da Gente – EJA

O PNBE 2003, dentro da mesma sistemática de acervos para uso individual, atendeu: 3.449.253 estudantes de 4ª série, em 124.408 escolas, com 4.062.510 coleções; 2.969.086 estudantes de 8ª série, em 35.685 escolas, com 3.745.810 coleções; e 463.134 estudantes de séries, etapas e ciclos finais do ensino fundamental de educação de jovens e adultos (EJA), em 10.964 escolas, com 544.916 coleções.

Os dados apresentados a seguir ajudam a dimensionar o universo de escolas que vem atendendo, no País, a cerca de 97% da população em idade escolar, à qual se destina o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Referem-se ao total de escolas públicas de ensino fundamental, às que têm biblioteca e ao total de matrículas nessas escolas, de áreas urbanas e rurais, conforme registrado no sistema de dados do INEP, o EDUDATA, de 2003.

Tabela 1: Estabelecimentos públicos de ensino fundamental - Brasil

Critério de seleção: Estabelecimentos com Ensino Fundamental— Ano: 2003. Dependência Administrativa: Pública	
Abrangência Geográfica	Total
Brasil	149.968
Rural	96.600
Urbana	53.368

Fonte: MEC/INEP - EDUCATA, 2003.

Tabela 2: Escolas públicas com biblioteca - Brasil

Critério de seleção: Estabelecimentos com Ensino Fundamental— Ano: 2003. Dependência Administrativa: Pública	
Abrangência Geográfica	Escolas com Biblioteca
Brasil	34.307
Rural	5.752
Urbana	28.555

Fonte: MEC/INEP - EDUCATA, 2003.

Tabela 3: Matrículas de ensino fundamental em escolas públicas - Brasil

Critério de seleção: Matrículas no Ensino Fundamental— Ano: 2003. Dependência Administrativa: Pública	
Abrangência Geográfica	Matrícula total
Brasil	31.162.624
Rural	6.136.317
Urbana	25.026.307

Fonte: MEC/INEP - EDUCATA, 2003.

Observando os dados, pode-se verificar de imediato o descompasso entre o total de escolas, de bibliotecas e de estudantes — potenciais usuários dessas bibliotecas — no universo contabilizado. Mas a constatação precisa ser compreendida em sua complexidade, para além da percepção da falta que o número de bibliotecas logo sugere.

Desde 1998, o Governo Federal vem distribuindo acervos, obras, coleções de livros de literatura e obras de referência, tanto para estudantes quanto para professores. No ano de 2004, inclusive, foram distribuídos acervos para 3659 municípios, com o objetivo de ampliar a atenção às comunidades. O volume de obras distribuídas e o investimento total realizado, muitas vezes, contrastam com a situação estrutural das escolas — demonstrada pela pesquisa — e com o uso que vem sendo feito desses acervos.

Nascido com a finalidade de dotar os estabelecimentos públicos de ensino com acervos para as bibliotecas das escolas, em meio do percurso o Programa destinou os investimentos para coleções pessoais recebidas por poucos estudantes no universo de matrículas, de definição prévia do Ministério, e praticamente manteve-se como tal — um grande programa de distribuição de livros, sem apoio de projetos de formação continuada de professores que tivesse o objetivo de repensar a formação de leitores pelas escolas públicas brasileiras.

¹No Brasil, existem 556 municípios, o que significa que a distribuição dos acervos atingiu cerca de 65% dos municípios brasileiros.



**A PESQUISA AVALIATIVA:
METODOLOGIA PARA O
DIAGNÓSTICO DO PNBE**



A partir da metodologia do projeto de pesquisa de avaliação diagnóstica, estabeleceu-se uma amostra de escolas pertencentes a oito Unidades da Federação, abrangendo 19 municípios, distribuídos geograficamente, atendendo os resultados do Censo Demográfico de 2000 efetuado pelo IBGE, e considerando a cobertura de 467.275 escolas contempladas com as remessas dos livros integrantes do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

A opção de trabalhar por amostra — um subconjunto do universo envolvido pela temática — baseou-se no fato de esta constituir uma porção ou parcela convenientemente selecionada do universo (população). Para compor essa amostragem, a população foi dividida em subpopulações, que por sua vez foram divididas em subsubpopulações, e assim por diante, em vários estágios — processo chamado de amostragem multistágios (AM). Uma amostra aleatória foi selecionada em cada estágio para compor a amostra total. Por não requerer uma lista (cadastro) de todos os elementos constituintes da população, mas apenas listas de regiões, estados, municípios, bairros, ruas etc., este esquema de amostragem mostrou-se vantajoso.

Os critérios mais importantes em qualquer levantamento de dados são aqueles que garantem a confiabilidade — registrar a informação corretamente —, validam a informação e registram o tipo correto de informação. O resultado mínimo exigido do levantamento é que este indique o alcance e a distribuição da questão em foco.

Para garantir a confiabilidade do levantamento, ou seja, fazer o levantamento de dados sem cometer erros de amostragem, exigiu-se ter uma amostra com a mesma composição que a população em sua totalidade. Do mesmo modo, a validade precisou ser garantida, requerendo-se, para isso, que os pesquisadores e os entrevistados tivessem idéias precisas sobre o que se investigava. A ação voluntária de participar do levantamento era desejável, porém o controle dos entrevistados foi indispensável para não desequilibrar a estrutura desejada na pesquisa.

Para a realização do estudo, o modelo de amostragem multistágios teve a seguinte abordagem:

- Primeiro estágio: grandes regiões geográficas selecionadas.
- Segundo estágio: estados selecionados.
- Terceiro estágio: municípios selecionados, com dois critérios qualitativos: sempre incluir a capital do estado e dois municípios selecionados num raio de até 100 km da capital.
- Quarto estágio: escolas selecionadas conforme critérios de porte (número de estudantes), características, número de livros recebidos do PNBE, entre outros.

Foram consideradas todas as escolas que receberam livros do acervo Literatura em minha Casa, por serem as mais indicadas para a avaliação, e foi identificada a população de 7 a 14 anos nos resultados do Censo Populacional de 2000, realizado pelo IBGE.

Para que cada entrevistado tivesse a mesma probabilidade de ser escolhido utilizou-se a regra de PPT, ou seja, para cada município fez-se a comparação entre o tamanho da amostra desejada e o tamanho do cadastro existente, aplicando-se o fator de correção, e chegando-se ao seguinte quadro amostral:

¹ Aleatório, segundo o Dicionário Houaiss, é o que depende das circunstâncias, do acaso, casual, fortuito, contingente. Uma amostra aleatória, portanto, é aquela que não depende de indicações prévias, mas se faz ao acaso.

Tabela 1: Quadro Amostral Estágios 1, 2 e 3 e quantitativo de escolas por município

REGIÕES	ESTADOS	MUNICÍPIOS	ESCOLAS
Norte	Pará	Belém - Ananindeua	25
		Castanhal	5
Nordeste	Bahia	Salvador	15
		Camaçari	9
	Ceará	Fortaleza	17
		Caucaia	15
	Sergipe	Aracaju	6
Lagarto		4	
Centro-Oeste	Goiás	Goiânia	10
		Anápolis	10
Sudeste	Espírito Santo	Vitória	5
		Vila Velha	7
	Minas Gerais	Belo Horizonte	12
		Betim	9
		Contagem	9
Sul	Rio Grande Do Sul	Porto Alegre	12
		Caracas	13
		Viamão	13
Total	8	19	196

A seleção apontou a escolha de 102 escolas nas capitais e 94 nos demais municípios num raio de até 100 km. A seleção dos municípios em cada estado baseou-se nos dois/três municípios com maior probabilidade. Verificou-se ainda a localização do município selecionado, um fator importante no desenvolvimento da pesquisa, haja vista a impossibilidade de realização do trabalho de campo em determinadas áreas devido a dificuldades de acesso e tempos de deslocamento, entre outros fatores.

Do conjunto de 196 escolas, 100 eram estaduais e 96 municipais; resultado da escolha aleatória. A identidade dessas escolas foi preservada, mas alguns elementos são oferecidos aos leitores para conhecimento da realidade das instituições e compreensão dos usos que fazem — ou não fazem — dos diferentes acervos recebidos. Neste livro, por razões éticas, nenhuma escola e nenhum sujeito estarão identificados.

Um Guia do Pesquisador orientou os trabalhos da pesquisa, desde o projeto elaborado, passando por indicadores, modos de observação e toda a discussão sobre a metodologia para desenvolvê-lo: roteiros de entrevistas com os diversos sujeitos, roteiros de grupos focais, listagens de escolas, orientações quanto ao trabalho de campo e para a elaboração do relatório final, além de ofício de apresentação dos pesquisadores preparado pelo MEC, em apoio à negociação do trabalho de campo. O Guia não reduzia, no entanto,

os limites da pesquisa, sempre deixando que a realidade e, em síntese, a prática social e educativa, guiassem o trabalho de campo.

A metodologia adotada no projeto previu a coleta de dados no campo, contemplando quatro procedimentos:

- a observação de campo;
- a realização de entrevistas com diretores, coordenadores pedagógicos, agentes de biblioteca (auxiliares, técnicos, responsáveis, bibliotecários);
- a realização de grupo focal com estudantes e professores;
- a realização de entrevistas com pais e comunidade.

Todas as entrevistas e as diversas formas de abordagem metodológica foram levadas a cabo a partir de um roteiro previamente elaborado e de fichas de perfil dos sujeitos participantes, não identificados. As observações de campo se realizaram, também, com base em um roteiro que apontava alguns aspectos a serem verificados nas escolas selecionadas.

Grupo Focal: metodologia na avaliação diagnóstica

Por ser uma técnica de pesquisa de abordagem qualitativa com diversos sujeitos, o grupo focal (GF) não deve ser confundido com entrevista coletiva. A escolha metodológica dessa técnica grupal de coleta de concepções e de opiniões deu-se pelo favorecimento de rápidas posições a respeito de um tema, o que a recomenda para avaliação de políticas públicas. Além disso, o grupo focal tem a vantagem de concentrar-se nos objetivos e no tema da pesquisa de forma mais rápida, pelo fato de se valer de grupos estruturados, com pessoas que se reúnem para discutir um objetivo ou tema comum, um ponto focal, estabelecido a partir de um roteiro básico.

Mas, para isso, há a necessidade de se garantir uma certa homogeneidade nos grupos formados (grupo só de professores, só de estudantes de uma série, o fato de todos terem recebido acervos, de todos frequentarem a biblioteca e usarem os livros do acervo recebido, entre outros). Embora os grupos representem recortes de grupos sociais determinados, não são formados aleatoriamente, mas levando em conta o objeto focal e passando, neste sentido, a constituir um "grupo homogêneo".

Por meio do grupo focal, todas as singularidades presentes e assumidas pelos participantes tendem a aparecer, sem que se precise destacar seus enunciadores. Interessam as idéias sobre os temas, e não os sujeitos enunciadores. Um cuidado observado quando se utiliza essa metodologia é que os pesquisadores façam o mínimo de intervenções, e não expressem opiniões, pois estas nada acrescentam e até podem dificultar o levantamento de idéias do grupo. A participação dos pesquisadores perante o grupo deve ser mínima, permanecendo atentos à função de manter o fio condutor do tema proposto para evitar divagações.

Na interlocução que se estabelece entre os pares participantes do grupo focal chega-se à opinião do grupo, não se registrando a identificação de cada um quanto ao que disse.

Os pesquisadores devem ficar atentos a toda a movimentação dos participantes do grupo, além dos discursos, assim como dos não-ditos. Gestos, posturas, intervenções significativas dos participantes são expressões importantes que não podem ser perdidos.

A liberdade de fala dos participantes convidados a expressarem suas posições sobre um ponto focal fica garantida, por não se aceitarem pessoas que não se incluam nos critérios de formação daquele grupo, o que invalidaria o uso da técnica. Para isso, a explicitação dos objetivos da pesquisa, seus usos, finalidades e quem são os pesquisadores (não confundidos com os pesquisados) é fundamental, assim como o estabelecimento de

regras de funcionamento de forma clara e objetiva, garantindo aos participantes o sigilo das identidades, o compromisso ético e de privacidade, construindo um pacto de respeito mútuo. Na técnica do GF, não é o entrevistador quem concede a palavra, mas cabe a ele garantir que todos a tomem, sem dirigir, sem interromper, apenas trazendo o grupo para o foco, quando se afasta dele. Também cabe ao entrevistador mobilizar os participantes para que percam a censura, a inibição.

Um aspecto metodológico importante a destacar é que o GF não busca o consenso, pois o que interessa é ouvir o máximo de opiniões do grupo e, para isso, quanto mais espontâneas forem as participações, melhor. Os pesquisadores precisam, para isso, conhecer bem o roteiro de questões para não perder o ritmo, da mesma forma que poderão ampliar o roteiro com perguntas não previstas, no início ou no meio do trabalho, a partir de questões surgidas no contexto do grupo. A ordem dos assuntos tratados pode ser sem/com alternância, garantindo-se a proposta original planejada no roteiro.

Para assegurar resultados adequados com a técnica do GF, recomendou-se, a partir da experiência de vários pesquisadores, que se fizesse um mínimo de quatro grupos focais para cada segmento (quatro para professores e quatro para estudantes) e um máximo de seis, por estado, distribuídos por igual no município selecionado da Região Metropolitana e na capital. Esse quantitativo baseia-se na experiência de outras pesquisas que têm demonstrado que, superado esse número de participantes, os grupos passam a emitir as mesmas idéias, com redundâncias de tal ordem que indicam a saturação das opiniões.

Para o caso do grupo focal de estudantes, estabeleceu-se a prioridade de estudantes de 5ª a 8ª séries que participam ou participaram do Programa (de alguma de suas ofertas, fosse individual ou coletiva), embora tenha ocorrido o caso de estudantes já frequentando o ensino médio que integram o grupo focal, pelo fato de terem recebido o acervo Literatura em minha casa no primeiro ano de sua distribuição.

A metodologia do GF deve levar a categorias de análise comuns a todas as equipes e estados/municípios, ainda que seja possível acrescentar categorias novas que surjam dos próprios grupos, o que exige estar atento para sua emergência na realidade pesquisada.

O grupo focal mostrou-se acertado como metodologia de pesquisa. Trouxeram surpresas, quando realizados com estudantes, quanto a práticas de leitura desconhecidas, em muitos casos, talvez, pelos professores, diretores e bibliotecários.

Questões Metodológicas da Pesquisa de Campo: dos entrevistados e dos locais visitados

No caso das entrevistas com os responsáveis das crianças/adolescentes que receberam o material do Literatura em minha casa, não se fixou um número previamente definido, pelas dificuldades inerentes à marcação de entrevistas com pais e mães trabalhadores, recomendando-se que fossem realizadas sempre que possível.

Para que se garantissem as condições da pesquisa, facilitando a ida dos pesquisadores ao campo, foram feitos contatos diretos do MEC com as Secretarias de Educação dos estados e encaminhado um ofício com informações sobre a pesquisa, solicitando colaboração para seu desenvolvimento. Mesmo assim, na prática, alguns problemas ocorreram, desafiando a perícia dos pesquisadores para superá-los.

As distâncias entre as escolas, em muitos casos, foram bastante grandes, exigindo deslocamentos específicos e longas demoras, muitas vezes pelo fato de as localidades serem de difícil acesso, sem transporte adequado para chegar a elas. Povoados, por exemplo, em Lagarto (SE), distavam até 24 km da sede de um município pequeno e com poucas opções de transporte para a periferia. Ônibus, trem, metrô, táxi, carro particular etc. foram utilizados, além das caminhadas que integraram o roteiro dos pesquisadores.

Em regiões no Sudeste, como Belo Horizonte, por exemplo, as chuvas imprevistas muitas vezes "caíam do nada", no dizer dos pesquisadores, que eram obrigados a escapar das intempéries súbitas.

Entre os municípios, a referência de integrar a região metropolitana não impediu a inclusão de um município distante 80 km de Belém—Castanhal—, embora nem sempre o acesso favorecesse o percurso de distâncias menores, em outros municípios, obrigando a gastar tempos longos e demorados.

Notícias alegres e outras nem tanto foram chegando durante os 11 longos dias em que a equipe de coordenação acompanhou, à distância, atenta e vivamente o trabalho dos 22 pesquisadores nos oito estados (e em alguns casos esse tempo se ampliou, como no Ceará, na Bahia, no Espírito Santo, em Minas Gerais e em Goiás, com equipes locais). Os pesquisadores diziam das dificuldades em chegar a alguma comunidade para entrevistas com pais; das suspeitas de que os livros haviam chegado, mas não se encontravam nas mãos dos destinatários originais; das idéias preconceituosas em relação à população pobre, quanto a não saber cuidar de livros; das evidências de escolas sem conhecimento dos acervos do PNBE, com diretores afastados por irregularidades; das dificuldades de conseguir marcar os grupos focais, porque para isso se retiravam professores das salas de aula, de bibliotecas fechadas. Mas também diziam das atividades observadas, gravadas e fotografadas realizadas com estudantes, explorando contos, poesia; de bibliotecas bem organizadas e acessíveis aos usuários; de participação da comunidade na vida da biblioteca escolar; da emoção dos pesquisadores com a garra de diretores e professores que, apesar das péssimas e impraticáveis condições de trabalho, realizavam com vontade e competência um trabalho cidadão, digno e de qualidade junto às crianças, por intermédio da leitura.

Na maioria das unidades, diretores e outros profissionais de cada turno auxiliaram bastante para que entrevistas e grupos focais acontecessem, dentro do possível, em lugar apropriado, identificando e convidando também pais de estudantes e pessoas da comunidade para entrevistas.

O tempo da pesquisa também foi considerado extremamente curto, dado o número de escolas a serem pesquisadas e a complexidade das questões metodológicas, que exigiam, muitas vezes, disponibilidade dos pesquisadores para retorno, o que demonstrou e reforçou a necessidade de mais tempo em cada município para a realização do trabalho de campo.

Como apresentado na tabela 2, a pesquisa, do ponto de vista quantitativo, abordou 359 sujeitos estudantes, 303 professores, 200 diretores, 5 bibliotecários, 152 responsáveis por bibliotecas e 31 pais, além de 37 outros profissionais ligados à escola, totalizando 1087 pessoas de 196 escolas, em 19 municípios de oito estados.

As abordagens a cada um desses sujeitos foram bastante diferenciadas, embora a questão mais intensa vivenciada, do ponto de vista metodológico, tenha sido em relação aos grupos focais de professores, cuja ausência das salas de aula criava situações nem sempre facilmente contornadas pelas escolas.

Pelo depoimento dos diretores, principalmente, pôde-se saber que os livros foram distribuídos, embora muitos tivessem dificuldade de precisar quais coleções receberam, as quantidades recebidas e as formas de distribuição. É visível, no trabalho de alguns gestores, a falta de controle quanto aos materiais recebidos. Registre-se que, em muitos casos, a alternância de poderes, tanto em nível estadual e municipal, quanto nas escolas, diretamente, afeta a continuidade das ações pedagógicas, não somente interrompendo projetos e fluxos de trabalho, como sonogando informações aos sucessores, o que imprime descontinuidade.

A afirmação de que não sabe o que a escola recebeu porque era outro o diretor remete para a confirmação do que se vem sinalizando a cada dia: não há um projeto pedagógico na escola, e os vínculos de trabalho frágeis do professor, que entra e sai rapidamente, dá suas aulas e vai embora sem participar da continuidade e do cotidiano da escola fazem com que se ignorem ações, acervos recebidos, projetos. Os professores desconhecem o movimento da escola como um todo, que fica restrito, no máximo, aos acontecimentos de sua classe.

Outra dificuldade metodológica esteve afeta ao aspecto operacional, especificamente para agendamento de grupo focal com professores, em função das formas de organização do trabalho escolar em cada turno e de cronogramas de formação continuada e eventos na escola e nas sedes administrativas às quais tinham que atender.

Muitos professores não tinham tempo disponível para permanecer na escola após o período de aulas, pois deviam se deslocar imediatamente para outra escola, e às vezes até mesmo para outra rede de ensino em que têm uma segunda matrícula como professores. Jornadas duplas ou triplas de trabalho, não permitiram, em muitos casos, encontrar horário adequado para reunir professores das várias áreas. Além disso, alguns professores fizeram objeção à ideia de participar dos GF, por questionarem a validade da pesquisa e os benefícios que dela poderiam advir.

Estes foram desafios que, mais uma vez, exigiram negociações, muitas vezes apresentando alternativas sinalizadas pelos diretores/professores: liberação dos estudantes mais cedo; mobilização de funcionários para assumirem as turmas dos professores que participariam do grupo focal; perda, para o professor, do seu tempo de descanso (recreio dos estudantes); e alteração do horário do início das aulas.

Outra questão a considerar em muitas redes como, por exemplo, em Vila Velha, disse respeito à municipalização e à grande movimentação de professores, o que provocou mudanças no corpo docente, fazendo com que em algumas escolas não mais se encontrassem os antigos professores que trabalharam com o Programa. Os novos, que atuavam na escola no momento, o desconheciam.

Experiências singulares na chegada em cada unidade escolar, e a dinâmica de cada uma imprimiram ritmos diferentes ao prosseguimento do trabalho, levando as equipes a tomarem decisões quanto ao que seria considerado prioritário em relação ao funcionamento do PNBE em cada escola.

Objetivos da Avaliação e Limites da Pesquisa

O objetivo da avaliação, como definido no projeto, centrou-se em construir um diagnóstico abrangente, que permitisse identificar, compreender e ampliar o conhecimento sobre:

- as formas dos atos de leitura nas escolas brasileiras contempladas com os diversos acervos referidos;
- os objetivos que cada escola vem produzindo para os diversos acervos;
- as formas de implementação dos objetivos produzidos pelas escolas;
- as concepções circulantes sobre biblioteca, leitura e sobre as práticas e atos de leitura decorrentes;
- os públicos envolvidos e o alcance dos acervos;
- o perfil dos professores e do público envolvido;
- as formas que as propostas pedagógicas assumem a partir da existência de acervos, vistas sob os aspectos filosóficos e metodológicos; os desenhos curriculares e de gestão;
- o potencial das escolas para ampliar a oferta de acervos e de serviços a partir dos acervos/bibliotecas já existentes;
- o conhecimento sobre as preferências de formato do recebimento de acervos (proveniente individual — Literatura em minha casa — ou coletivo — biblioteca escolar/ espaço de leitura);
- as formas concretas de ampliação da oferta de acervos e de serviços por parte da escola;
- as necessidades da escola quanto a livros para o acervo coletivo (literatura, obras de referência, de apoio à pesquisa, entre outros);

- a formação continuada de professores para dinamizar a leitura e a escrita;
- as concepções de avaliação sobre atos e práticas de leitura;
- a existência de regime de colaboração entre as escolas e outras entidades na realização de práticas, atos e projetos de leitura;
- a aceitação, os limites e as possibilidades dos diferentes projetos decorrentes do Programa;
- o apoio à elaboração de uma política de formação de leitores.

Nem todos os objetivos, no entanto, foram inteiramente atingidos, observando-se alguns elementos adicionais, não previstos a priori, que emergiram da intervenção da pesquisa.

Pode-se dizer que os objetivos foram tratados diferenciadamente pelos pesquisadores, tomando em conta modos próprios de trabalho, facilidade nas abordagens com diretores e demais gestores, tempo reservado pelas escolas para o acolhimento aos pesquisadores, entre outros.

Ao tomar como referência a concepção de avaliação diagnóstica, assumida no projeto em questão, se tece uma narrativa marcada pelas muitas vozes — dos pesquisadores, dos participantes envolvidos e de vários autores/interlocutores que estudam essas questões — capazes de revelar a multiplicidade de práticas leitoras, os sentidos variados atribuídos a elas e a dimensão coletiva da discussão, na perspectiva de encontrar indícios de mudanças nas práticas locais, com vista à (re) formulação de políticas públicas na área.

A complexidade que envolve os atos da leitura e da escrita pôs em choque, entretanto, o tempo previsto para desenvolvimento da pesquisa — bastante restrito —, considerando a quantidade de dados coletados, a sistematização que incluiu a escrita de relatórios de campo e do Relatório Final e, conseqüentemente, a necessidade de aprofundamento de estudos teóricos, de modo a entrecruzar as múltiplas possibilidades explicativas sobre esses mesmos dados.

Outro limite da pesquisa disse respeito ao uso da metodologia de grupo focal, face ao “tempo” necessário para realizá-lo e o “tempo” da escola, este marcado pelas rotinas de aula, de recreio, de merenda, de reunião de professores. Situação que impõe pensar os agrupamentos formados pelos professores disponíveis e dos estudantes como sujeitos da pesquisa. Estes últimos se colocaram para a pesquisa em função de suas disponibilidades de tempo, escapando do critério de seleção suas trajetórias progressas escolares e os percursos integrados, ou não, pelo contato com acervos do PNBE. Essas variáveis se evidenciaram com mais força, de acordo com as séries em que se encontravam ao tempo da pesquisa, realizada em 2005, e o quanto de tempo se passou de sede que receberam/tiveram acesso a livros de qualquer um dos acervos do PNBE.

Tais limites, no entanto, não significaram imobilismo. Ao contrário, serviram de desafio aos pesquisadores para superá-los e, por meio desse movimento, criar espaços de discussão coletiva constituídos como outros momentos de formação continuada para a todas as pessoas envolvidas nessa experiência: pesquisadores, professores, diretores, responsáveis por bibliotecas, estudantes, pais e mães de estudantes, representantes de secretarias de educação municipais e estaduais.

Um último aspecto sobressaiu na pesquisa, demonstrado pelo destemor de alguns participantes, que reverteram a posição de entrevistados para a de entrevistadores, devolvendo aos pesquisadores questões avaliativas, pelo vívido interesse que tinham de conhecer a posição de quem avaliava o trabalho da escola. Eis um exemplo: depois de desligado o gravador, um diretor perguntou insistentemente o que se pensava de sua entrevista, completando “agora é a minha vez de entrevistá-los; o que acharam do nosso trabalho? Da nossa escola? Essa idéia do livro na casa do estudante, vocês têm a minha promessa, eles vão ser entregues!”.

A pesquisa permitiu chegar a reflexões coletivas que conduziram ao objetivo de registrar a complexidade, a pluralidade de ações e de soluções que marcam as práticas leitoras nos múltiplos espaços das escolas e de seu entorno, na tentativa de avançar no controle social de programas educacionais, especialmente o PNBE. Essas reflexões tanto podem contribuir para a tomada de decisões sobre seu desenho, quanto sobre ações dele decorrentes ou com ele imbricadas, que exigem reorientação ou reposicionamento, como é o caso precípuo de apoio a projetos de formação e continuidade de professores.

ANEXO D - Extrato do documento
Projeto mobilizador: biblioteca escolar:
construção de uma rede de informação para o ensino público



SISTEMA CFB/CRB
PROJETO MOBILIZADOR

**BIBLIOTECA ESCOLAR
CONSTRUÇÃO DE UMA REDE
DE INFORMAÇÃO PARA O
ENSINO PÚBLICO**

BRASÍLIA
2008



SISTEMA CFB/CRB

**PROJETO MOBILIZADOR:
BIBLIOTECA ESCOLAR
CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE
INFORMAÇÃO PARA O ENSINO
PÚBLICO**

BRASÍLIA
2008



SISTEMA CFB/CRB

SUMÁRIO

1 VERTENTE-ALVO DO PROJETO MOBILIZADOR.....	4
2 RESUMO.....	4
3 INTRODUÇÃO.....	4
4 JUSTIFICATIVA.....	11
5 OBJETIVOS.....	25
5.1 Geral.....	25
5.2 Específicos.....	25
6 ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO.....	26
7 POSSÍVEIS PARCEIROS E PAPÉIS.....	31
8 RESULTADOS ESPERADOS.....	32
9 INDICADORES DE AVALIAÇÃO.....	32
10 REFERÊNCIAS.....	33



SISTEMA CFB/CRB

1 VERTENTE-ALVO DO PROJETO MOBILIZADOR

Este projeto é dirigido a duas vertentes sugeridas pelo projeto mobilizador¹ do Sistema CFB/CRB, a saber:

- a) À sociedade em geral tendo em vista que as ações a serem desencadeadas têm como o foco a formação do cidadão em processo de desenvolvimento no âmbito da escola;
- b) Aos bibliotecários, cujas competências e habilidades profissionais deverão garantir a qualidade do serviço oferecido, de maneira a universalizar e facilitar o acesso à informação, principalmente para a população jovem (infantil e infanto-juvenil) inserida no contexto escolar brasileiro.

2 RESUMO

Propõe o estabelecimento de um amplo esforço nacional, visando promover maior qualidade no ensino público através da criação e implantação de uma rede de informação dinâmica e eficaz. Indica que o país há muito tempo, se recente da falta de bibliotecas nas escolas, embora dados oficiais mostrem que há um vertiginoso crescimento da oferta de acervo nas escolas de ensino básico em detrimento a promoção de serviços que permitam o acesso aos saberes existentes nas coleções distribuídas. Destaca que a oferta de um serviço eficiente de informação para a formação de autonomia crítica do cidadão brasileiro perpassa pela concepção de uma competência informacional, função também da biblioteca escolar. Aporta as estratégias a serem adotadas para execução da proposta, com destaque para todos os possíveis parceiros e responsáveis. Elenca indicadores que permitirão avaliar o projeto.

3 INTRODUÇÃO

Um eficaz projeto de ensino-aprendizagem, na condição de conceito essencialmente relacional e dialético, envolve sempre uma compreensão bem mais

¹ O Sistema CFB/CRB constitui, a partir de um estudo de inteligência organizacional realizado em 2007, um projeto estruturado com o objetivo de adequar sua estrutura interna de modo a permitir uma melhor performance e



SISTEMA CFB/CRB

geral. A adoção e a integração ao sistema proposto, que implicará a existência prévia ou a implantação de bibliotecas nas escolas públicas, poderão ocorrer no âmbito de cada diretoria de ensino, de cada município ou região, ampliando-se de forma progressiva e irreversível, na medida em que suas vantagens e benefícios forem sendo percebidos.

5 OBJETIVOS

5.1 Geral

Contribuir efetivamente para a qualidade do ensino, no território nacional, que tire o Brasil de uma situação difícil no que tange à circulação da informação e do conhecimento na escola pública, em geral.

5.2 Específicos

- a) Constituir uma rede de atores institucionais nos diversos segmentos sociais que atuam em prol da biblioteca escolar e as autoridades educacionais, com o intuito de que sejam atendidos os aspectos de política pública voltada para a concretização deste projeto;
- b) Diagnosticar a situação institucional da biblioteca escolar na rede pública de ensino brasileira, tomando-o como ponto de partida para o planejamento subsequente;
- c) Levantar as condições das diretorias de ensino, como pré-requisito para a implantação de uma rede de informação para o ensino público, progressivamente em âmbito local, municipal, estadual, e assim por diante;
- d) Identificar, nos diversos níveis de governo, os projetos oficiais já existentes que possam ser úteis e facilitar a implantação da presente proposta, em situação mais ampla;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e paralelamente criar condições para que, depois de implantada, a rede inicial possa vir a evoluir para uma



SISTEMA CFB/CRB

estrutura de sistema é supere a inconsistência e a efemeridade que têm caracterizado as coisas da educação no país;

- f) Constituir um fórum permanente de discussão nacional sobre a problemática da biblioteca escolar para que se organize um espaço para o pensar e o planejar da mediação do saber;
- g) Provocar a formação de bibliotecários escolares no âmbito da pós-graduação *fato censu* de modo a favorecer a geração de profissionais críticos, capazes de consolidar a proposta por ora apresentada.

6 ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO

Como o propósito deste projeto é amplo e irrestrito, até por ter as características de política pública, a proposta terá de contar com a assimilação do seu teor e a adesão progressiva em vários níveis administrativos para que, primeiro, se forme a rede que futuramente poderá se transformar em um sistema. Portanto, argumentação e convencimento de políticos e autoridades na área educacional são fatores indispensáveis para o andamento do processo.

Considerando os objetivos propostos, esta proposta privilegia percursos a serem trilhados na perspectiva de atingir com maior eficácia os resultados esperados. Para tal, propõe-se que a execução deste projeto seja pautada pela trajetória a seguir exposta:

1. Identificar possíveis parceiros, discutindo a proposta delineada, seu papel para a eficácia operacional do projeto de modo a obter sua adesão.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – contatar parceiros que atuem em nível nacional com intuito de sensibilizá-los para legitimar a proposta, cabendo a este ente do Sistema constituir uma versão padronizada do



SISTEMA CFB/CRB

projeto para promover as demais articulações necessárias em níveis que não sejam de sua competência;

- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – identificar parceiros que atuem no espaço de cada jurisdição utilizando, no processo de sensibilização para adesão, a versão do projeto padronizada pelo CFB, incluindo-se neste contexto, as secretarias municipais (minimamente a da capital) e estaduais de educação, os conselhos de educação e outras entidades que julgar necessária para o cumprimento dos objetivos expostos.

Prazo: 90 (noventa) dias que antecedem o lançamento oficial do projeto, que ocorrerá em 11 de setembro de 2008.

- 2. Caracterizar a real situação das bibliotecas escolares da rede de ensino público brasileiro de modo a possibilitar o levantamento de dados que permitam o delineamento de ações visando à atuação eficiente destes organismos.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – promover as articulações em âmbito nacional com os parceiros visando delinear os percursos para obtenção de dados, incluindo o instrumento de coleta de dados bem como suas estratégias;
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – através de sua atividade de fiscalização, coletar os dados no âmbito de sua jurisdição de modo a corroborar para elaboração de um diagnóstico da situação institucional da biblioteca escolar na rede pública de ensino brasileira;
- c) Parceiros – colaborar na constituição do delineamento da pesquisa indutiva de caráter exploratório, descritivo e comparativo que constitui o diagnóstico a ser realizado.

Prazo: 360 dias a contar da data de lançamento do projeto.



SISTEMA CFB/CRB

3. Compor, a partir do conhecimento da realidade, as condições mínimas para funcionamento da rede de informação para o ensino público brasileiro.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – agenciar as articulações em âmbito nacional com os parceiros visando compor critérios para composição da rede de informação para o ensino público brasileiro;
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – corroborar com a apresentação de dados previamente solicitados relativo às condições existentes nas secretarias de Educação, bem como com as discussões que se façam necessárias para o delineamento da rede;
- c) Parceiros – colaborar nas discussões em torno da composição da rede de informação para o ensino público brasileiro.

Prazo: 90 dias após a conclusão do diagnóstico.

4. Articular com os órgãos responsáveis e previamente contatados, a implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro em conformidade com os delineamentos traçados.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – promover as articulações em âmbito nacional com os parceiros de modo a facilitar o processo de implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro;
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – acompanhar a implantação do projeto, através de sua atividade de fiscalização, que darão retorno sobre sua evolução, por meio de relatórios, bem como subsídios para a transformação, no momento adequado, da rede de informação em um sistema de informação;
- c) Parceiros – apoiar o processo de implantação através de mecanismos que lhes são próprios em consonância com a sua aptidão.



SISTEMA CFB/CRB

Prazo: 360 dias após o estabelecimento dos critérios básicos para o funcionamento da rede de informação do ensino público brasileiro.

5. Monitorar os projetos existentes em âmbito governamental que possam ser acionados articuladamente para promover a implantação da rede de informação do ensino público brasileiro.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – identificar, em nível nacional, os possíveis projetos existentes bem como os segmentos governamentais por eles responsáveis e contatá-los com intuito de expor o objeto e objetivo da proposta para obter o apoio na dotação de dos recursos.
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – identificar, em nível regional, os possíveis projetos existentes bem como os segmentos governamentais por eles responsáveis e contatá-los com intuito de expor o objeto e objetivo da proposta para obter o apoio na dotação de dos recursos.
- c) Parceiros – identificar, nos diversos níveis, os possíveis projetos existentes na esfera pública ou privada bem como os segmentos por eles responsáveis e corroborar no processo de sensibilização para obter o apoio na dotação de dos recursos.

Prazo: 90 dias após a conclusão do diagnóstico.

6. Levantar a legislação, em trâmite, para aprovação, que contribua para promover a implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro bem como propor a criação de novas leis que se façam necessárias.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – identificar os projetos de lei que estejam tramitando na Câmara Federal e no Senado Federal e seu proponente, contatá-lo com intuito de obter seu apoio para o projeto, seja através da qualificação da proposta, se for o caso, seja da proposição de



SISTEMA CFB/CRB

algo novo, que constitua interesse para implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro;

- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – identificar os projetos de lei que estejam tramitando nas Câmaras Municipais (minimamente da capital) e nas Assembléias Legislativas e seu proponente, contatá-lo com intuito de obter seu apoio para o projeto seja através da qualificação a proposta, se for o caso, seja da proposição de algo novo, que constitua interesse para implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro;
- c) Parceiros – apoiar as articulações necessárias para a obtenção das adesões buscadas.

Prazo: 180 dias após o lançamento do projeto.

- 7. Mobilizar os segmentos que atuam no contexto desta proposta de modo a criar um fórum permanente de discussão sobre a biblioteca escolar.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – articular com o Ministério da Educação a criação do Fórum Nacional de Bibliotecas Escolares bem como do Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares;
- b) Conselho Regional de Biblioteconomia – articular com as Secretarias de Educação dos estados de sua jurisdição a participação de representantes estaduais no Fórum Nacional de Bibliotecas Escolares bem como no Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares;
- c) Parceiros – apoiar as articulações necessárias para a obtenção das adesões buscadas.

Prazo: 180 dias após o lançamento do projeto.

- 8. Fomentar a formação de profissionais bibliotecários para atuação qualificada no contexto da proposta.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros



SISTEMA CFB/CRB

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – contatar os organismos, em âmbito nacional, responsáveis pelo processo de formação, para discutir a oferta de conteúdos inerentes às particularidades exigidas para atuação no contexto escolar.
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – contatar os cursos de Biblioteconomia, no âmbito de sua jurisdição para discutir a oferta de conteúdos inerentes às particularidades exigidas para atuação no contexto escolar.
- c) Parceiros – participar das discussões em torno da formação do bibliotecário escolar bem como contribuir para as ações que viabilizem tal processo.

Prazo: 180 dias após o lançamento do projeto.

7 POSSÍVEIS PARCEIROS E PAPÉIS

- a) Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) – Coordenar o diagnóstico nacional sobre a situação das bibliotecas escolares; trabalhar a possibilidade de articular uma proposta de formação em nível de pós-graduação *lato sensu* para formação de bibliotecários escolares;
- b) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) – Articulação política para aprofundar a discussão nacional e avaliar, junto a eles a possibilidade de apoiar financeiramente o diagnóstico;
- c) Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) – Empreender esforços para, politicamente, articular nos estados as ações que serão fundamentais para assegurar o acolhimento do projeto;
- d) Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MinC) – Buscar, desenvolvido por estes órgãos, apoio para o projeto mobilizador, incluindo neste contexto o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);



SISTEMA CFB/CRB

- e) Câmara de Educação do Senado e Câmara Federal – Trabalhar no sentido de construir projetos que favoreçam a criação de leis que amparem o objeto e o objetivo do projeto mobilizador;
- f) Deputados federais Lobbe Neto (PSDB/SP) e Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) – Apoiar os Projetos de Lei n.1831/2003 e n.3230/2004.
- g) Fundação Roberto Marinho, Fundação ABRINQ, Fundação Ailton Senna – Divulgar e solicitar auxílio na captação de recursos que permitam realizar o diagnóstico.

8 RESULTADOS ESPERADOS

Ao final de três anos, a rede de informação para o ensino público brasileiro deverá estar articulada e em processo de implantação em todo território nacional.

A expectativa com relação à geração de legislação que apóie e consolide a rede tomará por base, para a estimativa de sua performance a quantidade de contatos realizados na esfera do poder legislativo do país, em todos os seus níveis, bem como a capacidade de resposta por ele oferecida no que tange às propostas efetivamente encaminhadas para discussão e aprovação.

A disponibilidade de recursos dos programas governamentais existentes, ou seja, a capacidade de articulação com os organismos governamentais para sensibilizá-los no sentido de aportar valores para a execução do projeto, se configurará como um efeito das ações do projeto.

A instalação de um fórum nacional de bibliotecas escolares com a participação de representantes de todos os estados da federação durante a realização do seminário nacional de bibliotecas escolares, deverá ser decorrente dos atos desencadeados por esta proposta.

9 INDICADORES DE AVALIAÇÃO



SISTEMA CFB/CRB

O primeiro indicador de avaliação será composto pelo percentual implantado da rede de informação considerando, como destacado no item anterior, que este índice seja compatível com pelo menos, 50% do território nacional. Deste modo, é um indicador de avaliação deste projeto a quantidade de bibliotecas implantadas ou qualificadas a partir das discussões dele originadas.

Com relação à geração de legislação que apóie e consolide a rede, o indicador de desempenho a ser adotado tomará por base para estimativa de sua performance, a quantidade de contatos realizados na esfera do poder legislativo do país, em todos os seus níveis, bem como a capacidade de resposta por ele oferecida no que tange às propostas efetivamente encaminhadas para discussão e aprovação. Deste modo, considerar-se-á positiva a ação desta proposta se os projetos de lei existentes houverem tramitado e se novos tiverem sido apresentados.

Outro indicador a ser considerado no processo de avaliação desta proposta é a dotação de recursos através dos programas governamentais existentes, ou seja, a capacidade de articulação com os organismos governamentais para sensibilizá-los no sentido de aportar valores para a execução do projeto.

Por fim, mas não menos importante, a instalação do Fórum Nacional de Bibliotecas Escolares, com a participação de representantes de todos os Estados brasileiros durante a realização do Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares, será um indicador que medirá se as ações delineadas impactaram, de modo significativo, no contexto de pessoas que atuam para o fortalecimento do ensino básico no país.

10 REFERÊNCIAS

AMARO, Regina K. O. Ferreira. *Biblioteca interativa: concepção e construção de um serviço de informação em ambiente escolar*. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

**ANEXO E - Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010:
dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país**

Nº 98, terça-feira, 25 de maio de 2010

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

3



Art. 2º A criação dos cargos, postos e graduações previstos nesta Lei fica condicionada a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, postos e graduações, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Nelson Jobim
Paulo Bernardo Silva*

LEI Nº 12.244, DE 24 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Fernando Haddad
Carlos Lupi*

LEI Nº 12.245, DE 24 DE MAIO DE 2010

Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 83.

§ 4º Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
*Luz Paulo Teles Ferreira Barreto
Fernando Haddad*

**ANEXO F - Lei nº 10.952, de 19 de janeiro de 2007:
institui o Programa Municipal de Apoio à Implantação de Bibliotecas**

Pag. 002/14 * nº 1045 * João Pessoa, 21 a 27 de janeiro de 2007	SEMÁRIO OFICIAL
<p>5) realizar parcerias com órgãos de ensino e assistência de qualidade;</p> <p>6) apoiar e criar uma rede pública de bibliotecas em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>7) realizar a gestão integrada de que a cidade possui no âmbito da rede municipal;</p> <p>8) realizar a gestão integrada em casos de emergência, em que o município seja beneficiado por profissionais competentes;</p> <p>Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e os estabelecimentos de ensino e pesquisa integrantes da rede pública municipal em convênios, com que os municípios são conveniados em seu âmbito, competem para:</p> <p>I - realizar cursos, oficinas e aulas;</p> <p>II - distribuir publicações comunitárias, entre outras informações sobre:</p> <p>a) atividades de leitura em áreas de vulnerabilidade social;</p> <p>b) formas de acesso a conteúdos de livros, jornais e revistas;</p> <p>c) atividades educacionais de que a cidade possui no âmbito municipal;</p> <p>d) atividades a serem realizadas em casos de emergência, em que o município seja beneficiado por profissionais competentes;</p> <p>e) atividades para o caso de emergência;</p> <p>Art. 3º As atividades que não se realizarem em seu âmbito municipal que forem de interesse de que seja a promoção de projetos culturais, pedagógicos e de capacitação no âmbito do município deverão ser realizadas em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco, e deverão ser realizadas em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco, e deverão ser realizadas em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 4º O Centro Municipal de Administração, Cultura e Desporto, poderá promover as atividades de que trata o artigo anterior, desde que seja observado o atendimento pelo município em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 5º As atividades de que trata o presente lei, para obter os recursos de administração pública direta e indireta e outras de que trata o artigo anterior, e a execução de projetos culturais, deverão ser realizadas em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 6º Nos parques, áreas e demais locais públicos, poderão ser realizadas as atividades de que trata o presente lei, desde que seja observado o atendimento pelo município em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 7º Todas as atividades, cursos e programas desenvolvidos pelo município são governamentais e não lucrativos, que devem ser de interesse e conhecimento de todos os cidadãos, e deverão ser realizadas em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 8º No caso de gestão e execução de projetos de lei, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto poderá promover as atividades de que trata o presente lei, desde que seja observado o atendimento pelo município em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 9º No poder executivo do Município de João Pessoa, após estabelecidas as condições necessárias, os cidadãos que não se realizarem em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p>	<p>I - realizar as atividades de que trata o presente lei;</p> <p>II - apoiar as atividades de que trata o presente lei;</p> <p>III - realizar o controle de qualidade e a avaliação de projetos e programas;</p> <p>IV - realizar a gestão;</p> <p>Art. 3º Para o desenvolvimento do Programa, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto deverá estabelecer convênios com os municípios em seu âmbito municipal;</p> <p>Art. 4º O Programa de que trata esta lei deverá ser desenvolvido no âmbito do Município, desde que seja observado o atendimento pelo município em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 5º O Município de que trata esta lei deverá estabelecer convênios com os municípios em seu âmbito municipal;</p> <p>Art. 6º Esta lei entra em vigor no dia de sua publicação;</p> <p>PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 19 de janeiro de 2007.</p> <p align="center">RICARDO VIEIRA COSTA PREFEITO</p> <p align="center">LEI Nº 10.952 DE 19 DE JANEIRO DE 2007</p> <p align="center">INSTITUI O DIA DAS BANDAS E PANDAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVA E CO-SANÇÃO A SEGUINTE LEI:</p> <p>Art. 1º Fica instituído o "Dia Municipal das Bandas e Pandas" a ser comemorado anualmente no dia 30 de setembro;</p> <p>Art. 2º Esta lei entra em vigor no dia de sua publicação;</p> <p>PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 19 de janeiro de 2007.</p> <p align="center">RICARDO VIEIRA COSTA PREFEITO</p> <p align="center">LEI Nº 10.951 DE 19 DE JANEIRO DE 2007</p> <p align="center">INSTITUI O FESTIVAL MUNICIPAL DE TEATRO ESTUDANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVA E CO-SANÇÃO A SEGUINTE LEI:</p> <p>Art. 1º Fica instituído no Município de João Pessoa, o "Festival Municipal de Teatro Estudantil", destinado a promover a participação de grupos de teatro em escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da cidade de João Pessoa, mediante a realização de oficinas de formação e montagem de grupos teatrais em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 2º O Festival Municipal de Teatro Estudantil, que se realizará anualmente, terá a última etapa das oficinas de formação de grupos de teatro em unidades da Rede Municipal de Ensino, a ser realizada por integrantes designados pela Secretaria de Educação, com a finalidade de promover a formação de grupos teatrais em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 3º A seleção dos grupos teatrais participantes do Festival Municipal de Teatro Estudantil, será feita por comissão por sorteio e não, e a participação consistirá em realizar um espetáculo e atuar em apresentação dos grupos selecionados em todo o município de João Pessoa, a ser feita pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de promover a formação de grupos teatrais em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 4º A comissão de seleção dos grupos teatrais participantes do Festival Municipal de Teatro Estudantil, será formada por membros de setores públicos e privados, a serem nomeados pelo respectivo Secretário de Educação;</p>
<p>PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 19 de janeiro de 2007.</p> <p align="center">RICARDO VIEIRA COSTA PREFEITO</p> <p align="center">LEI Nº 10.952, DE 19 DE JANEIRO DE 2007</p> <p align="center">INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVA E CO-SANÇÃO A SEGUINTE LEI:</p> <p>Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Apoio à Implantação de Bibliotecas, a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>Art. 2º O Programa Municipal de Apoio à Implantação de Bibliotecas, terá como objetivos:</p>	<p>PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 19 de janeiro de 2007.</p> <p align="center">RICARDO VIEIRA COSTA PREFEITO</p> <p align="center">LEI Nº 10.951 DE 19 DE JANEIRO DE 2007</p> <p align="center">INSTITUI O FESTIVAL MUNICIPAL DE TEATRO ESTUDANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS</p> <p>O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVA E CO-SANÇÃO A SEGUINTE LEI:</p> <p>Art. 1º Fica instituído no Município de João Pessoa, o "Festival Municipal de Teatro Estudantil", destinado a promover a participação de grupos de teatro em escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da cidade de João Pessoa, mediante a realização de oficinas de formação e montagem de grupos teatrais em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 2º O Festival Municipal de Teatro Estudantil, que se realizará anualmente, terá a última etapa das oficinas de formação de grupos de teatro em unidades da Rede Municipal de Ensino, a ser realizada por integrantes designados pela Secretaria de Educação, com a finalidade de promover a formação de grupos teatrais em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 3º A seleção dos grupos teatrais participantes do Festival Municipal de Teatro Estudantil, será feita por comissão por sorteio e não, e a participação consistirá em realizar um espetáculo e atuar em apresentação dos grupos selecionados em todo o município de João Pessoa, a ser feita pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de promover a formação de grupos teatrais em áreas de vulnerabilidade social, em especial em áreas de risco;</p> <p>Art. 4º A comissão de seleção dos grupos teatrais participantes do Festival Municipal de Teatro Estudantil, será formada por membros de setores públicos e privados, a serem nomeados pelo respectivo Secretário de Educação;</p>

**ANEXO G - Portaria Conjunta n° 001/2009, de 01 de julho de 2009:
atualiza a relação dos integrantes do Grupo de Trabalho
denominado de GT BIBLIOTECA**

Pág. 002/08 * n° 1181 * João Pessoa, 30 de agosto a 05 de setembro de 2009.	SEMANÁRIO OFICIAL
<p>PORTARIA N° 93 Em 01 de setembro de 2009.</p> <p align="center">O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA (PB) no uso das atribuições previstas no art. 60, V, combinado com o art. 76, II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e de acordo com a Lei Municipal n° 30.429, de 14 de fevereiro de 2005 e modificações posteriores.</p> <p align="center">RESOLVE:</p> <p>I - Nomear HENRIQUE BATISTA DE SOUSA LIMA para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3, de CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,</p> <p>II - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.</p>  <p align="center">SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</p> <p>PORTARIA CONJUNTA N° 001/2009 De 01 de julho de 2009.</p> <p>Analisa a relação dos integrantes do Grupo de Trabalho denominado de GT BIBLIOTECA, colegiado e integrado por representantes de diversas órgãos de educação e de atuação bibliotecária no Município de João Pessoa, que tem a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para ações com vistas ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e propostas que contribuam para a implantação, manutenção e a qualidade do Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa.</p> <p>A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA e O PRESIDENTE EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, e com o intuito de promover a integração das ações governamentais com vistas à adoção de ações integradas junto a diversos órgãos e entidades para a implantação, manutenção e a qualidade do Sistema Municipal de Bibliotecas, resolve:</p> <p>Art. 1° Instituir o Grupo de Trabalho, denominado de GT BIBLIOTECA, colegiado, integrado por representantes das Secretarias e demais órgãos e entidades citados no art. 2° desta Portaria, que tem a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para ações com vistas ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e propostas que contribuam para a implantação, manutenção e qualidade do Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa, tendo por objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> definir as diretrizes e o regulamento para a implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas; realizar sondagem e diagnóstico da situação das bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa e monitorar a rede municipal; elaborar o projeto de implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa; acompanhar a implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas; implantar o Fórum Permanente de Bibliotecas Públicas e Escolas do Município de João Pessoa; fomentar políticas de desenvolvimento e formação de profissionais para o sistema. 	<p>Parágrafo único. O Grupo de Trabalho contará com uma Coordenação Geral, dirigida por um membro do Grupo de Capacitação de Professores – (CECAPRO), Prof. Ivo Carneiro Lopes Rodrigues, e um membro do Departamento de Gestão Curricular - DGC, Prof. Antonio Marcelo Batista Alves, ambos integrantes da Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa, para atuarem, respectivamente, como Coordenador(a) Geral e Vice-Coordenador(a).</p> <p>Art. 2°. Integram o Grupo de Trabalho os órgãos e entidades, por seus membros abaixo relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CECAPRO (SEDEC) – Grupo de Capacitação dos Professores, integrante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: <ul style="list-style-type: none"> Ivo Carneiro Lopes Rodrigues, na qualidade de Coordenador; Isaura Vieira da Nóbrega; Wilmá Ferreira da Costa; Maria José Leite Cavalcanti; Natália Helena L. Cavalcanti; Maria do Socorro Mangueira; Marcos Tavares Franco; Elizeu Gonçalves Pinho Venâncio. - DGC (SEDEC) – Diretoria de Gestão Curricular, integrante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: <ul style="list-style-type: none"> Antonio Marcelo Batista Alves, na qualidade de Coordenador Adjunto; Elaine Farias Alves; Ami Carolina Nóbrega; Gilvânia Neves Bezerra; Andréia Maria Nóbrega dos Santos. - DTIC (SEDEC) – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, integrante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: <ul style="list-style-type: none"> Fabiano Pessoa Bezerra. - FUNJOPE – Fundação Cultural de João Pessoa: <ul style="list-style-type: none"> Adriana Helena Sousa Uchoa; Lacimária Maia de Sousa Bezerra. - SEDEC – Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa/PB: <ul style="list-style-type: none"> Luiz Carlos Vasconcelos Costa. - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES BIBLIOTECÁRIOS: <ul style="list-style-type: none"> Justina Maria Oliveira da Silva; Marcos Paulo Farias Rodrigues.

§ 1º A substituição dos membros ora nomeados será efetuada por ato da Secretária Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa, por indicação dos dirigentes dos órgãos ou entidades integrantes do Grupo de Trabalho.

§ 2º A critério do Grupo de Trabalho, outras instituições públicas ou privadas, incluindo órgãos vinculados aos demais entes federativos, poderão ser convidadas a integrá-la.

§ 3º A Secretária Municipal de Educação e Cultura prestará apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao desenvolvimento das atividades do Grupo de Trabalho ora instituído.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa (PB), 05 de julho de 2009.


Ariane Norma de Menezes Sá
Secretária de Educação


Francisco César Gonçalves
DIRETOR EXECUTIVO - FUNJOPE

PORTARIA CONJUNTA Nº. 004/2009

De 30 de junho de 2009.

Institui o Grupo de Trabalho denominado de GT CASA DO ENSINO DAS ARTES, colegiado integrado por representantes de diversos órgãos de Educação e Cultura situados no Município de João Pessoa, que terá a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais de ações com vistas ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e propostas que contribuam à implantação e implementação da ESCOLA MUNICIPAL DE ARTES, denominada "CASA DO ENSINO DAS ARTES - CEoA".

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, A SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E O PRESIDENTE EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de articular as ações governamentais com vistas à adoção de ações integradas junto a diversos órgãos e entidades para a implantação e concretização ESCOLA MUNICIPAL DE ARTES - CASA DO ENSINO DAS ARTES - CEoA, resolvem:

Art. 1º Institui o Grupo de Trabalho, denominado de GT CASA DO ENSINO DAS ARTES, colegiado integrado, de caráter voluntário, por representantes das Secretarias e demais órgãos e entidades citados no Art. 2º desta Portaria, que terá atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para ações com vistas ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e propostas para a implantação e concretização da CASA DO ENSINO DAS ARTES, tendo por objetivos:

- **CECAPRO (SEDEC)** - Centro de Capacitação dos Profissionais, integrante da Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Eds Gênia Lapa Rodrigues,
Rizete Gonçalves Pinho Monteiro.

- **ASSEJUR (SEDEC)** - Associação Jurídica, integrante da Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Silvia Janine Leal de Carmilho Ramos.

- **DAF (SEDEC)** - Diretoria Administrativa Financeira, integrante da Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Sella Dalva de Oliveira.

- **Departamento de Programas, Projetos e Condições (SEDEC)**:
Jocelinda Oliveira.

- **FUNJOPE** - Fundação Cultural de João Pessoa:

Marta Dóia Lameira - Assessoria Pedagógica;
Lúcia de Fátima França - Direção de Artes Plásticas;
Angela Augusta Navarro Costa - Direção de Dança;
José do Nascimento Lima Neto - Direção de Artes Cênicas;
Carla Andréa Oliveira e Silva - Gerenciadora de Música;
Lucrécia de Souza Bezerra Maia - Coordenadora da Unidade Cultural

Casarão 34

- **Unidade de Ensino Descentralizada Estação Ciência Cultura e**

Arte

Penalão Antônio Alchê Lara Carlos Guimarães;

- **SEPLAN** - Secretaria de Planejamento do Município de João

Pessoa;

Estelina El Bezerra de Souza

- **UFPB** - Universidade Federal da Paraíba;

Carla Andréa Oliveira e Silva - Chefe de Departamento do Curso de Bacharelado em Música;

Antonio Carlos Brites Pinto Coelho - Chefe de Departamento do Curso de Licenciatura em Música;

Tárcia Chaves - Chefe de Departamento do Curso de Licenciatura em Artes Visuais;

Bernardo Vasconcelos - Chefe de Departamento do Curso de Licenciatura/Bacharelado em Teatro;

Guilherme Schulte - Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Corpo Cênico;

§ 1º A substituição dos membros ora nomeados será efetuada por ato da Secretária Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa, por indicação dos dirigentes dos órgãos ou entidades integrantes do Grupo de Trabalho.